



COMISSÃO EUROPEIA
EuropeAid - Serviço de Cooperação
Direcção América Latina

URB-AL

EUROPA - AMÉRICA LATINA

METODOLOGIAS DE MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO À EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E À INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES

Rubrica orçamental ALR/B7-3110/2000/0021

Nome do candidato e referência do convite à apresentação de propostas:	Prefeitura Municipal de Guarulhos, Brasil EuropeAid/113113/C/G
--	---

Processo nº	
----------------	--

(Reservado a uso interno)

I. O PROJETO

1. Descrição

Título

“METODOLOGIAS DE MICROCRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO À EMANCIPAÇÃO ECONÔMICA E À INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES”

PEDIDO DE SUBVENÇÃO PARA PROJETO COMUM DE TIPO A

Local: Brasil, Estado de São Paulo, Município de Guarulhos

1.3 Montante solicitado à Comissão Européia

241.658	EUR	67,5	% do custo total do projecto
---------	-----	------	------------------------------

Eliminado:

Eliminado: 234.803

Eliminado:

Eliminado: 70

Resumo

Este projeto tenciona aparelhar e capacitar as cidades sócias a formular, operar e avaliar políticas e programas municipais democráticos e equitativos de indução, fomento e operação de microcrédito, considerando as diferentes possibilidades de interação com o setor privado e a sociedade civil e tendo em vista alcançar o maior grau possível de penetração e impacto no segmento social de baixa renda, com ênfase no enfoque de gênero.

Eliminado: ou

Sua idéia central consiste em sistematizar modelos práticos, bem sucedidos e sustentáveis de microcrédito e comparar as respectivas metodologias, com base em critérios previamente estabelecidos, focados no potencial de impacto em termos de transformação da realidade sócio – econômica das mulheres.

Seus principais beneficiários diretos serão os dirigentes de órgãos responsáveis pelo planejamento, formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos, nas áreas de desenvolvimento local, trabalho e emprego, segurança e assistência social - assim como suas respectivas equipes técnicas e os representantes de comitês e conselhos atuantes nesses setores -, com especial destaque para os gestores dos programas de microcrédito e para as instâncias responsáveis pela promoção dos direitos da mulher.

Do total de dez sócios participantes, seis são latino-americanos e quatro europeus. Dentre os sócios latino- americanos, verificam-se cinco cidades e uma associação, a saber: (1)Guarulhos (Cidade coordenadora - Brasil); (2)São Paulo (Brasil) ; (3)General Pueyrredon (Argentina) ; (4)Sicasica (Bolívia) ; (5)San Jerónimo (Peru) e (6) Associação Brasileira das Entidades Gestoras de Microcréditos, Crédito Popular Solidário e Entidades Populares – ABCRED (Sócio externo , Brasil). Dentre os sócios europeus, três são sócios de pleno direito e um é sócio externo, conforme segue: (1)Marbella (Espanha) ; (2)Requão de Bruxelas (Bélgica) ; (3)Sabadell (Espanha) e (4)Emergence

1.5 Objetivos

Eliminado: ¶

Objetivos gerais

Democratização radical do acesso ao crédito aos empreendedores de baixa renda - com ênfase na promoção dos direitos econômicos e sociais das mulheres -, pelo aprimoramento da qualidade metodológica das políticas e programas municipais e das iniciativas locais de microcrédito, com incorporação do enfoque da equidade de gênero e de possibilidades alternativas de articulação público - privado e sociedade civil.

Objetivos específicos

Estudar e comparar metodologias de diferentes iniciativas de microcrédito conduzidas por prefeituras, empresas, instituições de fomento ou ONG's nas cidades sócias, elaborar e disponibilizar marco de diretrizes, ensinamentos (lições aprendidas) e recomendações práticas para a construção institucional de políticas municipais de articulação, incentivo, fomento ou operação de programas de microcrédito, fundamentadas no enfoque da equidade de gênero e direcionadas à democratização radical do acesso ao crédito e à sustentabilidade econômica e financeira dessas iniciativas.

1.6 Justificativa

(a) identificação das necessidades e obstáculos detectados nos países beneficiários

Os países latino-americanos têm enfrentado, historicamente, graves problemas de financiamento de suas economias. A partir de 1980, a região viu-se afetada por um fenômeno adverso, caracterizado pela influência de três aspectos intrinsecamente relacionados: mudança drástica de magnitude e celeridade não usual das condições de acesso a recursos externos, deterioração dos termos de intercâmbio e menor dinamismo da economia mundial. Esse contexto internacional contribuiu para aprofundar a situação econômica da maioria dos países da região, que já se encontravam comprometidos com o endividamento externo contraído na década de 70.

Com a crise de endividamento externo dos anos 80, fica evidenciado o esgotamento do padrão de financiamento montado durante os regimes militares que se instalaram nos países da região, entre os anos 60 e 80, ¹ baseado, em grande medida, em empréstimos internacionais. Desde então, não se verifica nenhuma iniciativa relevante de construção de novo modelo de financiamento do parque produtivo e, na ausência de crescimento econômico sustentado, configura-se, entre 1981 e 2001, um quadro de estagnação da evolução da renda per capita.

Eliminado:

Eliminado: ¶
¶

A recorrente incapacidade de reconstituição de novo padrão de financiamento das economias latino-americanas acaba obstruindo a ampliação dos níveis de produção e de ocupação. Os mecanismos de financiamento existentes - fundamentados na valorização da riqueza financeira e não da produção -, constituem-se em obstáculos à elevação do emprego, e da renda nacionais. Também o elevado nível das taxas de juros contribui para desincentivar o investimento produtivo e favorecer os detentores de capital, acentuando os indicadores de pobreza e de desigualdade de renda e emprego.

Eliminado: a ocupação

Paralelamente, o volume de capital disponível para o crédito é de pequena monta e praticamente inacessível para a maioria da população. Por esta, dentre outras razões, a seguir mencionadas, o acesso ao crédito - como instrumento de apoio ao desenvolvimento

Eliminado: e

¹ A instalação da ditadura militar na região: 1964-85 no Brasil, entre 1973-84 no Uruguai, entre 1973-89 no Chile e entre 1976-83 na Argentina.

socioeconômico - é restrito a pequena parcela da sociedade. No sistema tradicional de crédito, a maioria das instituições volta-se à ampliação dos lucros e dividendos da camada social de maior poder aquisitivo, em detrimento da promoção do bem estar do conjunto da população. Além disso, a concessão de crédito é definida em função da riqueza acumulada pelo cliente para garantir o retorno do crédito concedido. Esse enfoque exclui os pobres de forma inexorável, na medida em que os países da região não conseguem disponibilizar crédito de baixo valor para viabilizar a inserção sócio-econômica dos mais desfavorecidos.

Na maioria dos países latino-americanos - exceção feita aos casos do Brasil, México, Venezuela e Argentina - a ausência da atuação do estado no campo das microfinanças levou a formas não convencionais de microempréstimos, conduzidas preponderantemente por organizações não governamentais. Nesse contexto, a experiência do Banco Solidariedade da Bolívia (1986) constitui caso emblemático de sucesso de uma ONG com capital doado por organizações internacionais, governos e empresários locais e que em 1992 evoluiu de forma a constituir-se no primeiro banco comercial em bases lucrativas direcionado ao microcrédito.

A participação das cidades de San Jerônimo (Peru) e Sicasica (Bolívia) neste projeto inscreve-se exatamente nessa vertente, dado que nenhuma esfera de governo desenvolve programa de microcrédito. Para atender essa necessidade, esses Municípios mantêm convênios de cooperação com ONG's atuantes nessa área. Assim, o Centro Guaman Poma de Ayala desenvolve programa de microcrédito para as mulheres organizadas de San Jerônimo (assim como para mais quatro municípios na região do Cuzco) e o Centro de Mulheres Candelária e a Fundação Apachita prestam esse mesmo tipo de serviço para as mulheres do Município de Sicasica. Uma das maiores dificuldades desse modelo é que as organizações de crédito envolvidas não conseguem ampliar o número de clientes, em virtude da falta de capital para as operações.

Já nos casos do Brasil, Argentina, Venezuela e México, embora atualmente exista maior atuação do estado, o acesso da população de baixa renda ao microcrédito continua reduzido. No caso brasileiro, por exemplo, até o ano de 1994, eram poucas as opções de microcrédito, com cerca de 20 agências de financiamento popular. Em 1996, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES passou a apoiar as iniciativas populares, com a criação do Programa de Crédito Produtivo Popular. Em 2001, foram legalizadas as transações de microcréditos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e também a criação de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), liberando juridicamente a iniciativa privada para atuar como instituição de primeira linha em organizações de microcrédito.

É nesse quadro de iniciativas do setor público com participação da sociedade civil que se inscrevem as experiências das demais cidades latino-americanas sócias deste projeto, como São Paulo (Brasil), General Pueyrredon (Argentina) e Guarulhos (Brasil). A Central de Crédito Popular “São Paulo Confia”, por exemplo, é um programa do Município de São Paulo operado em parceria com instituições da sociedade civil por meio de uma OSCIP, da qual a Prefeitura é sócia. Também os principais programas de microcrédito da cidade de General Pueyrredon são promovidos pelos governos nacional ou provincial e operados pelo Município, de forma isolada ou em parceria com uma OSCIP.

Já a cidade de Guarulhos, coordenadora deste projeto, conjuga dois tipos de iniciativas, a saber: (a) uma importante experiência de cooperativa de crédito popular, verdadeira relíquia nessa área por constituir-se numa das poucas remanescentes de um tipo de cooperativismo difundido no Brasil a partir de 1950 e que adota como referência o denominado Sistema Luzzatti, quase exterminado pela reforma bancária de 1964, à época do regime militar; e (2) o denominado “Banco do Povo de Guarulhos, caracterizado pela adesão da cidade a esse programa eminentemente estatal, liderado pelo governo do Estado de São Paulo e que embora opere com taxas de juros subsidiadas, não consegue alcançar as faixas mais desfavorecidas da população em virtude das exigências e garantias exigidas dos clientes.

Eliminado: . No Brasil, por exemplo, menos de 40 milhões de pessoas têm condições de acesso ao sistema de crédito tradicional, apesar de o país apresentar mais de 170 milhões de habitantes. Em síntese, o volume de capital disponível para o crédito é de pequena monta e praticamente inacessível para a maioria da população

Eliminado: ¶
¶

Eliminado: m

Eliminado: países

Eliminado: para

Eliminado: excluídos

Eliminado: ¶

Eliminado: Por fim, o sistema tradicional de crédito não vai até o cliente, na medida em que é construído para receber as demandas dos setores privilegiados da população nas agências bancárias, geralmente distantes das áreas periféricas das cidades. Esse processo dificulta ainda mais o acesso de possíveis clientes menos favorecidos, que ficam expostos à lógica de atuação de agentes intermediários e agiotas que os expropriam e os alienam ainda mais. Nessas condições, não há como romper com o ciclo estrutural da pobreza. O pobre não tem acesso ao crédito.

No caso europeu, o acesso ao financiamento também tem sido difícil para os pequenos empreendedores, novos ou já existentes, independentemente do destino das demandas, sejam elas para capital fixo ou capital de giro. Como os agentes financeiros tendem a caracterizar o microcrédito como atividade de alto risco e baixo rendimento - em razão da importante taxa de inadimplência e do elevado custo de operação dos microempréstimos -, verifica-se no mercado uma lacuna gerada, principalmente, pela assimetria da informação.²

Em consequência, a Europa não tem empreendedores suficientes e os criadores de pequenas empresas não têm acesso adequado a fontes de financiamento. Essa oferta insuficiente de microempréstimos tem sido considerada questão de grande importância, particularmente porque afeta justamente os desempregados, as mulheres e os integrantes de minorias étnicas. Por essa razão, segundo o Relatório de novembro de 2003 da Comissão Européia sobre o tema,³ a oferta de microempréstimos não pode mais ser considerada somente como questão de interesse do espírito de empresa e do crescimento econômico, mas também – e sobretudo - como questão de inclusão social.

Não é por acaso que o Programa plurianual da União Européia para o período 2001-2005 - em favor da empresa, do espírito de empresa e, particularmente, das pequenas e médias empresas - privilegiou o microcrédito, com a criação de uma “janela garantida” para essa atividade.⁴ Além disso, em março de 2003, pela primeira vez, o Conselho europeu recomendou que os estados membros passassem a dedicar atenção especial ao microcrédito, com o objetivo de incentivar a constituição e o crescimento das pequenas empresas

Para cobrir as lacunas nesse domínio, algumas medidas têm sido implementadas por governos nacionais, regionais e locais, de forma que atualmente existe apoio público para o microcrédito em todos os estados membros. Entretanto, essa lacuna de mercado ainda persiste. Além disso, considerada a necessidade de suporte público para o microcrédito, também os bancos públicos especializados têm desempenhado papel ativo em muitos países, concedendo parte do crédito e/ou da garantia, principalmente no caso de operações de grande envergadura. (Na verdade, esses bancos emprestam a agentes financeiros locais, que atuam na ponta, com os clientes) Por fim, as caixas econômicas e os bancos cooperativos continuam, tradicionalmente, sendo os principais fornecedores de microcrédito.

A Região de Bruxelas – Capital (Bélgica), assim como a cidade de Marbella (Espanha), ambas parceiras neste projeto - inserem-se nitidamente nesse contexto europeu que, entretanto, se desdobra em realidades específicas. No primeiro caso, a realidade da Região de Bruxelas apresenta taxa de desemprego da ordem de 21.2% , que atinge, sobretudo, jovens, pessoas sem formação e mulheres estrangeiras e contrasta com a taxa de 9% (em agosto de 2004) da União Européia (25 países). Daí a importância do microcrédito para a Região, como instrumento de emancipação econômica e inclusão social dessa faixa da população.

² Isto porque os agentes financeiros que concedem empréstimos não têm conhecimento a respeito da qualidade da empresa nem de sua direção, em virtude de essas informações serem muito onerosas e de difícil obtenção. Devido a dessa carência de mercado, o acesso ao financiamento é percebido pelos pequenos empreendedores como grande obstáculo, não somente para a criação de pequenas empresas, como também para as empresas que pretendem se desenvolver.

³ Trata-se do relatório intitulado “O microcrédito para a pequena empresa e sua criação: suprir uma lacune de mercado”, publicado pela Comissão Européia, em novembro de 2003.

⁴ Essa “garantia para o microcrédito”, gerida pelo Fundo europeu de investimentos, reconhece que o microcrédito constitui um instrumento eficaz para dividir o rico dos estabelecimentos de microcrédito de maneira que estes possam aumentar sua oferta de microempréstimos.

O aumento da demanda por microcrédito também orienta a participação da cidade de Marbella neste projeto e relaciona-se diretamente com a taxa de desemprego, neste caso da ordem de 4% . Paralelamente, a experiência relativamente recente dessas duas parceiras na área do microcrédito – cujos programas mais fortes se iniciaram respectivamente em 2000 (Região de Bruxelas), 2001 e 2002 (Marbella) - enfatiza a importância do intercâmbio com especialistas, formuladores de políticas e operadores de programas de outras cidades desenvolvidos tanto pelo setor público como no âmbito de parcerias com a iniciativa privada e a sociedade civil.

Por fim, a participação de Sabadell (Espanha) decorre, mais especificamente, das conseqüências da transformação radical da atividade econômica daquela cidade: em alguns poucos anos, esse Município passou de uma economia dominada pelo setor industrial para uma economia preponderantemente de serviços. Daí a necessidade premente de promoção econômica e de desenvolvimento de políticas ativas de criação de ocupação e emprego, na qual destacam-se as atividades de microcrédito.

No cerne desta abordagem do microcrédito enquanto instrumento de superação do desemprego existe, ainda, outro importante fenômeno a ser contemplado: o da feminilização da pobreza. É fato que dentre os 1,5 bilhões de pessoas que vivem com um dólar ou menos por dia, a maioria são mulheres. Além disso, o fosso entre as mulheres e os homens arrastados pelo ciclo da pobreza só tem se aprofundado desde a década passada. Em todo o mundo, as mulheres ganham, em geral, um pouco mais de 50 % do que os homens.

Eliminado: f

Eliminado: da pobreza

Eliminado:

Eliminado: enfrentado

As mulheres pobres, freqüentemente, não têm acesso a recursos essenciais, como crédito e empréstimo. Seu trabalho não é reconhecido e nem recompensado. Suas necessidades alimentares e de saúde não são consideradas prioritárias e suas possibilidades de acesso à educação e mesmo aos serviços de assistência são insuficientes. Além disso, seu grau de participação no processo de tomada de decisões - tanto no âmbito familiar quanto comunitário – também é muito reduzido. Em suma, as mulheres estão presas no ciclo da pobreza, sem acesso aos recursos e aos serviços que poderiam funcionar como portas de saída.

Eliminado: i

Paralelamente, verifica-se uma outra tendência, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento: a do aumento do número de famílias dirigidas por mulheres. Essas famílias – justamente por não receberem o salário equivalente ao do homem – são, em geral, mais pobres e também mais sensíveis ao desemprego.

Eliminado: :

Não é por acaso que o programa de ação elaborado em 1995, por ocasião da quarta Conferência mundial sobre as mulheres, em Beijing, identificou a eliminação da pobreza feminina como um dos doze domínios críticos a exigir atenção e ação específicas da comunidade internacional, dos governos e da sociedade civil. Também a Comissão das Nações Unidas sobre a condição da mulher, realizada em 1996, abordou a questão da pobreza feminina e propôs que os Estados membros e a comunidade internacional tomassem iniciativas mais avançadas, no sentido de adotar o enfoque de gênero como elemento central de todas as políticas e de todos os programas direcionados à eliminação da pobreza.

Eliminado: que exigem

Assim, hoje em dia é possível afirmar que a dimensão específica de gênero na pobreza começa a ser reconhecida como elemento de consenso tanto no âmbito dos governos locais, como também de suas comunidades, em todo o mundo. Daí as iniciativas no sentido de reestruturar as políticas de eliminação da pobreza, a fim que elas possam responder às necessidades específicas das mulheres. É mais do que isso: assume-se a tendência de adoção de uma definição mais abrangente da pobreza, uma definição que não leve em consideração somente as necessidades mínimas elementares, mas que englobe também a questão das oportunidades e das escolhas.

O reforço das capacidades das mulheres constitui, portanto, fator essencial para qualquer iniciativa que pretenda viabilizar a saída de milhões de pessoas do ciclo da pobreza e do desemprego. A oferta de oportunidades econômicas às mulheres - assim como da autonomia necessária para que elas possam tirar partido dessas perspectivas - constitui elemento diferencial para a superação de um dos principais obstáculos à eliminação da pobreza.

Eliminado: a fome

A concepção deste projeto originou-se justamente do entendimento do potencial microcrédito enquanto estratégia para superação da situação de vulnerabilidade social das mulheres através da criação das condições necessárias para sua autonomia e emancipação econômica. Partindo do entendimento do microcrédito enquanto política de governo que pode ser operada por organizações públicas, privadas ou do terceiro setor, tenciona-se abrir um espaço para intercâmbio, análise e reflexão sobre os limites e potencialidades das experiências acumuladas pelas cidades sócias latino-americanas e européias nessa área, não somente em função das diversas tecnologias disponíveis, mas também considerando os diferentes arranjos institucionais adotados, envolvendo inúmeras formas de parceria entre os setores público, privado e sociedade civil.

Observação: Os argumentos desenvolvidos neste item complementam-se com o conteúdo do item 1.8, subitem (f), no qual são apresentadas com maior detalhamento as razões que justificam o papel de cada parceiro neste projeto

(b) lista dos grupos-alvo e estimativa do número esperado de beneficiários diretos ou indiretos

Grupos – alvo e beneficiários diretos:

* Cidades sócias do projeto, envolvendo:

- representantes de autoridades locais eleitas, dirigentes de órgãos e entidades municipais responsáveis pelo planejamento, formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos, nas seguintes áreas: desenvolvimento econômico e social, trabalho e emprego, segurança e assistência social, com destaque para as instâncias responsáveis por iniciativas voltadas especificamente para a mulher; (4 em cada cidade)
- pessoal técnico municipal envolvido com planejamento de governo e com formulação, implementação e avaliação de projetos nas áreas de desenvolvimento econômico, segurança e áreas sociais, envolvendo, especificamente, assistência social, trabalho e emprego e microfinanças, com destaque para as iniciativas voltadas especificamente para a inclusão e emancipação das mulheres; (4 equipes em cada cidade)
- representantes de comitês ou conselhos de desenvolvimento econômico e social, trabalho e emprego, segurança, assistência social e, principalmente, de defesa dos direitos da mulher; (4 em cada cidade).
- gestores das iniciativas de microcrédito existentes nas cidades sócias de natureza pública, privada e integrantes do terceiro setor.(indefinido)

Beneficiários Indiretos:

* Cidades sócias do projeto, envolvendo:

- representantes de autoridades locais eleitas, dirigentes de órgãos Municipais de planejamento e de órgãos responsáveis pela formulação, gestão e avaliação de projetos sociais em geral, que envolvam políticas direcionadas à mulher, que deverão participar de seminário final de divulgação dos resultados do projeto. (7 em cada cidade)
- pessoal técnico municipal envolvido com planejamento de governo e com formulação, implementação e avaliação de projetos sociais em geral que envolvam questões de gênero,

que deverão participar de reuniões técnicas, workshops e também do seminário final do projeto (7 equipes em cada cidade)

- representantes dos demais comitês ou conselhos municipais existentes na área social, a serem convidados para o seminário final do projeto (8 em cada cidade)

*Cidades interessadas em participar do projeto, mas que não foram inseridas em sua composição final (indefinido)

* gestores das iniciativas de microcrédito - de natureza pública, privada e integrantes do terceiro setor - existentes nas cidades interessadas em participar do projeto, mas que não foram inseridas em sua composição final (indefinido)

* população de mulheres residentes nas cidades sócias.

(c) Justificativa da escolha dos grupos-alvo e das atividades

Embora a defesa da incorporação da igualdade de gênero nas políticas públicas esteja em pauta desde os anos setenta, foi a partir de meados da década de noventa – e sobretudo a partir da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Beijing, que se verificou maior grau de conscientização a respeito da transversalidade do tema, que ganha espaço para integrar todas as políticas governamentais.

No que respeita às políticas de desenvolvimento econômico, a incorporação da perspectiva de gênero é particularmente recomendável. Existe um enorme potencial para a inclusão dos mais desfavorecidos - e, em particular, das mulheres - no campo do microcrédito, aqui entendido como política pública estratégica, orientada para viabilizar o apoio ao microempreendedor e comprometida com a geração de ocupação e renda.

O microcrédito responde às necessidades de financiamento dos pequenos empreendedores e empreendedoras pobres ou muito pobres, portadores de projetos economicamente viáveis, mas excluídos do sistema bancário por falta de garantias reais e de recursos próprios. Trata-se de iniciativa econômica permanente, desenvolvida com o intuito de reconstituir o tecido econômico e social e que pode ser caracterizada como fator de desenvolvimento durável.

Por essa razão, um dos grandes desafios dos governos municipais reside em formular e implementar políticas de microcrédito adequadas às realidades locais, contemplando diferentes formas de articulação entre os setores público, privado e a sociedade civil organizada e buscando complementaridade e integração entre as ações dos diversos atores envolvidos e, por conseqüência, a otimização dos recursos envolvidos. Tais iniciativas são fortemente comprometidas com a comunidade e com o fortalecimento dos elos das cadeias e dos arranjos produtivos locais.

Considerando a proliferação de iniciativas de microcrédito em curso na América Latina e também na Europa, que adotam diferentes metodologias e envolvem diferentes modelos e arranjos institucionais ⁵, o processo de concepção e implementação de políticas a ser realizado pelas cidades nessa área está se tornando cada vez mais complexo. Enfrentar estas situações requer envolver distintos atores e também outras instâncias de governo.

Além disso, é preciso levar em consideração o conhecimento acumulado e a massa crítica existente a respeito de iniciativas já empreendidas pelas cidades sócias, envolvendo:

⁵ Tipos de organizações de microcrédito: Municípios, organizações não governamentais (ONG's), organizações de sociedade civil de interesse público (OSCIPs), Sindicatos, Instituições Financeiras Públicas, Agências de Fomento, Cooperativas de Crédito, sociedades de crédito ao consumidor (SCMs) e bancos comerciais, dentre outras.

(a) programas eminentemente estatais - como é o caso dos programas “Banco do Povo Paulista”, (Estado de São Paulo/ Município de Guarulhos-Brasil) e “Microcréditos”, (Província de Buenos Aires/ Município de General Pueyrredon -Argentina);

(b) programas operados em parceria com instituições da sociedade civil, como é o caso da Central de Crédito Popular São Paulo Confia, (OSCIP-Município de São Paulo- Brasil) e também do programa “Novos Promotores para Novas Políticas Sociais”, (Município de General Pueyrredon/União do Comércio, Indústria e Produção – OSCIP-Argentina);

(c) iniciativas de organizações não governamentais sem fins lucrativos como é o caso, por exemplo, do Centro Guaman Poma de Ayala, ONG que mantém programa de microcrédito destinado a mulheres organizadas em Cusco, Peru, com o qual o Município de San Jerônimo mantém convênio de cooperação;

Eliminado: a

(d) organizações de caráter eminentemente privado, como é o caso, por exemplo, da Cooperativa de Crédito de Guarulhos e dos bancos comerciais.

Dentre as cidades que aderiram ao projeto encontram-se, de um lado, cidades com experiência predominantemente estatal, como São Paulo, que desenvolveram programas próprios de microcrédito, assentados em metodologias inovadoras e fundamentadas no conceito de microcrédito produtivo, que buscam articular as políticas nessa área com grupos privados e da sociedade civil.

Por outro lado, estão cidades como Guarulhos, cuja atuação mais interessante se dá no âmbito de cooperativa de crédito de iniciativa privada, mas que também adota programa estatal, com enfoque mais tradicional, desenvolvido por outro nível de governo (estadual). Outras experiências, como a de general Pueyrredon, conjugam programas de iniciativa de vários níveis de governo, em alguns casos desenvolvidos em articulação com atores privados e com a sociedade civil. Independentemente das peculiaridades que caracterizam a experiência de cada uma, as cidades sócias deste projeto destacam-se, sobretudo, pela vontade política de formular e implementar iniciativas inovadoras de microcrédito como instrumento de desenvolvimento da condição econômica e social das mulheres.

Eliminado: , que coabitam com programas próprios

A relação que se pretende estabelecer entre estes diferentes tipos de cidades, com diferentes experiências, constitui um primeiro canal substantivo de intercâmbio que sustenta o projeto a ser desenvolvido. Desta forma, a intenção é que as experiências mais consolidadas possam ser diagnosticadas e sistematizadas, de forma a constituir um conjunto de recomendações específicas sobre; (a) conceitos e metodologias inovadores capazes de democratizar de fato o acesso das mulheres ao crédito, e (b) novas formas de articular atores públicos, privados e sociedade civil, de modo a assegurar viabilidade econômica, auto-suficiência financeira e equidade de gênero às políticas microcrédito. Ademais, outro importante produto será sua contribuição enquanto gerador de insumos para o planejamento e articulação com outras políticas públicas de desenvolvimento local, direcionadas especificamente à inclusão de mulheres nas cidades sócias.

A participação da Associação Brasileira dos Dirigentes das Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares – ABCRED, de dimensão nacional, reforça as contribuições ao tema do projeto na medida em que possui o status de organização de referência para o setor no Brasil, atuando como depositária dos princípios e referências que orientam os agentes brasileiros de microcrédito. Além disso, a ABCRED poderá atuar como canal de difusão do conhecimento e das boas práticas gerados.

[Já o envolvimento da Emergence como sócio externo reveste-se de caráter eminentemente técnico. Na qualidade de sociedade especializada na área de cooperação financeira para o desenvolvimento - e reunindo experts com experiência em mais de trinta países na América Latina, África, Ásia e Oriente Médio – a Emergence deverá se responsabilizar pelo](#)

assessoramento técnico e elaboração dos produtos finais do projeto, envolvendo: formulação da proposta metodológica que deverá nortear os estudos de caso, orientação dos consultores técnicos que deverão assumir a realização desses estudos e realização de análises confrontando as experiências contempladas nos estudos de caso e, por fim, redação das conclusões finais do projeto.

Outro aspecto relevante a ser destacado é o caráter de exemplaridade do conteúdo deste projeto: na medida em que as experiências dos programas microcrédito forem sistematizadas e analisadas de forma a servirem de insumos para políticas voltadas especificamente para a mulher, isto significa que a prática da transversalidade de gênero poderá ser adotada também por formuladores e gestores de outros projetos sociais nas cidades sócias.

Eliminado: e seu

Eliminado: ess

É por esta razão que este projeto considera todos os dirigentes e equipes técnicas de órgãos e entidades responsáveis pela formulação, gestão e avaliação de projetos sociais integrantes da Administração Pública das cidades sócias como beneficiários indiretos. Daí a intenção de envolver esses órgãos e entidades nas diferentes iniciativas de divulgação a serem realizadas pelo projeto, envolvendo workshops e seminários.

Outros beneficiários indiretos serão as próprias mulheres para as quais este projeto se destina, enquanto usuárias dos programas de microcrédito.

(d) pertinência do projeto em relação aos grupos-alvo

Este projeto foi concebido a partir da constatação de que as cidades sócias enfrentam problemas semelhantes, relacionados com a exclusão social de contingente expressivo da população - com destaque para as mulheres de baixa renda - e que também possuem um acúmulo expressivo de experiências de formulação e operação de programas de microcrédito.

Algumas dessas iniciativas geraram novos princípios e metodologias e também um conjunto de experiências sobre arranjos institucionais diferenciados, articulando os setores público, privado e sociedade civil os quais, no entanto, ainda não são de domínio público, não sendo conhecidos, em todas as suas peculiaridades, pelas Administrações municipais, enquanto instrumental para inclusão social e emancipação sócio-econômica das mulheres.

Este projeto vai ao encontro das necessidades das cidades sócias na medida em que pretende recuperar e intercambiar experiências que tenham avançado substancialmente no desenvolvimento quantitativo e qualitativo de programas de microcrédito – com o intuito de adequar esses resultados para que possam ser utilizados como subsídios ao planejamento de projetos de inclusão sócio-econômica das mulheres

Como resultado, prevê-se a obtenção de maior grau de adequação dos projetos gerados a partir desses subsídios, no sentido de que eles devem corresponder, de forma direta, às reais necessidades dos segmentos sociais que se pretende alcançar, contribuindo, dessa forma, para o enfrentamento dos problemas comuns evidenciados..

A escolha do segmento social das mulheres de baixa renda também corresponde às necessidades das cidades sócias justamente por se tratar de um dos segmentos sociais mais vulneráveis aos problemas sociais, conforme mencionado anteriormente. Além disso, os projetos direcionados às mulheres podem contribuir para reduzir - ou mesmo eliminar - a tendência natural de reprodução de domicílios com elevada vulnerabilidade econômica e social.

O alcance deste projeto compreende, também, a articulação que se estabelece entre as equipes de trabalho internas às Administrações Públicas, responsáveis pela gestão dos programas municipais de microcrédito e as demais instâncias do setor privado e da

sociedade civil envolvidas. A intenção é que a interação estabelecida entre estes atores acabe configurando uma base duradoura. Além disto, o projeto deve gerar vínculos entre as cidades que tenham avançado nesta questão, conformando uma rede de relacionamento horizontal em torno do tema do microcrédito produtivo enquanto instrumento de emancipação sócio-econômica das mulheres.

(e) pertinência do projeto em relação aos objetivos do programa e da rede temática

A complexidade do contexto no qual se desenvolve o tema da construção da plena cidadania das mulheres impõe, cada vez mais, o desenvolvimento das capacidades dos formuladores e gestores públicos conceberem e implementarem políticas municipais voltadas efetivamente à superação das barreiras estruturais que obstaculizam a igualdade de gênero, dentro de uma perspectiva de integração dos diferentes setores de atuação do Município.

O presente projeto propõe-se a enfrentar esse enorme desafio pela via da promoção dos direitos econômicos e sociais das mulheres, mediante abertura de espaço para sua participação e inclusão nas oportunidades de desenvolvimento. Sua concepção partiu do entendimento de que garantir seus direitos econômicos é condição essencial para ajudá-las a sair da pobreza. Nesse sentido, a proposta deste projeto comum guarda estreita coerência com os objetivos do Programa Urb-AI e da Rede 12.

Por outro lado, as microfinanças e, em particular, o microcrédito, já demonstraram que é possível realizar grandes mudanças a partir do empréstimo de pequenos valores financeiros, desde que bem orientados sobre os esforços a serem apoiados. Pelo microcrédito é possível transformar a realidade de vida dos pequenos empreendedores e empreendedoras, pela abertura de possibilidades de geração de ocupação e renda. O microcrédito é aqui entendido como elemento de reconstrução do tecido social, não apenas em termos de produtividade, mas também de solidariedade, na medida em que promove parcerias entre empreendedores locais, contribuindo para unir as comunidades que se encontram fraturadas e dando-lhes possibilidades de atuar ativamente na luta pela própria sobrevivência.

Ao reforçar o poder de ação dos governos locais – e, em particular, das cidades pequenas e médias -, enquanto promotores de políticas de microcrédito, assentadas na articulação de alianças com o setor privado e a sociedade civil, esta proposta encarna os objetivos do Programa Urb-al. A intenção é que esse processo de internacionalização das relações entre governos municipais em torno do microcrédito impulse as comunidades locais a desenvolverem papel muito mais ativo no desenvolvimento econômico e social das áreas urbanas, através da assunção de papéis compartilhados com a sociedade civil que podem envolver formas diferenciadas de financiamento, gestão e execução de programas de microcrédito.

Ao promover intercâmbio de experiências sobre metodologias de microcrédito entre as cidades sócias a identidade com o Programa Urb-AI se reforça ainda mais, na medida em que enseja, necessariamente, o estabelecimento de vínculos diretos e duradouros entre comunidades locais latino-americanas e européias, que passam a compartilhar, difundir e aplicar experiências bem sucedidas (boas práticas) de microcrédito, com impacto efetivo no segmento social das mulheres de baixa renda.

(f) pertinência do projeto em relação às prioridades do programa e da rede temática

Este projeto segue os delineamentos estratégicos estabelecidos pela Rede 12 na medida em que se propõe a promover os direitos econômicos e sociais das mulheres, através da formulação de políticas municipais de microcrédito voltadas à criação de oportunidades de ocupação e renda e embasadas no enfoque da equidade de gênero.

Mantendo estrita coerência com o Informe de desenvolvimento Humano 2003 do PNUD, esta proposta foi concebida com base no entendimento do tema da equidade de gênero não apenas como questão de justiça social, mas também - e sobretudo -, como força propulsora do desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o projeto incorpora diretrizes de fortalecimento dos direitos das mulheres no âmbito local, que constituem linhas condutoras da Rede 12. Ao atuarem como instrumento de emancipação econômica feminina, as políticas de microcrédito contribuem para reposicionar as mulheres como agentes do desenvolvimento local, o que significa acesso a três dimensões interrelacionadas, a saber: desenvolvimento econômico, integração social e identidade cultural.

Além disto, este projeto demonstra consonância com as prioridades da Rede 12 especificamente no que respeita ao seu compromisso com o enfoque da transversalidade para as políticas de igualdade. Vislumbra-se que a adoção do enfoque de equidade de gênero nas políticas de microcrédito deva exercer um efeito cascata, no sentido de avançar para a prática de um enfoque integrado de gênero, ou seja, contribuindo para elevar o grau de conscientização dos formuladores e gestores municipais em relação à importância da incorporação da perspectiva da equidade de gênero nas demais políticas municipais de desenvolvimento local. Isto porque uma das dimensões deste projeto é justamente defender a premissa de que as políticas de microcrédito devem ser planejadas e formuladas de forma integrada com as demais políticas de desenvolvimento sócio-econômico local, de forma a proporcionar maior sinergia em termos de resultados e impactos.

Em face do exposto, é possível afirmar que a pertinência deste projeto em relação às prioridades da Rede 12 reside justamente no fato de – através do microcrédito – contribuir para superar barreiras estruturais que impedem a igualdade das mulheres e promover avanços no reconhecimento da igualdade de oportunidades de trabalho, mediante criação das condições necessárias a sua participação na economia.

Por fim, além dos argumentos apresentados no item anterior, este projeto guarda consonância com as prioridades do Programa Urb-AI na medida em que se propõe a capacitar quadros governamentais – e também atores sociais -, com a finalidade consolidar equipes locais duradouras, articuladas entre si e com competência suficiente para discutir conceitos referenciais sobre metodologias de microcrédito para as cidades sócias, de forma a se manterem permanentemente atualizadas e aparelhadas para a formulação e implementação de programas socialmente inovadores nessa área.

1.7. Descrição detalhada das atividades

a) Constituição de equipes

A partir do momento da aprovação do pedido de subvenção, Guarulhos, na qualidade de cidade coordenadora, constituirá equipe permanente para coordenação do projeto, tomando em consideração a especificidade técnica e a quantidade de trabalho envolvida nas diferentes atividades a serem desenvolvidas. Essa equipe será composta por um coordenador geral, um especialista em microcrédito, um especialista em políticas de gênero, consultores técnicos para realização de estudos de caso e, um assistente administrativo. Além disso, organizará escritório específico para desenvolvimento dessas atividades, providenciando a necessária infra-estrutura para seu funcionamento. As demais cidades sócias também designarão coordenadores locais e pessoal de apoio.

Eliminado: -

Eliminado: ,

Eliminado: contador e um assessor

Eliminado: – e

b) Convênio de cooperação

Em seqüência, a cidade coordenadora procederá à elaboração de convênio de cooperação com cada um dos sócios participantes, definindo as responsabilidades que cada um assume para a execução das atividades previstas. Esse convênio será firmado por ocasião do seminário de metodologia de estudos de caso e programação de atividades.

c) Sensibilização dos atores sociais nas cidades sócias

Considerando que muitos programas de microcrédito das cidades sócias são implementados exclusivamente por entidades privadas ou organizações da sociedade civil - ou com sua participação -, nos meses iniciais do projeto serão desenvolvidas atividades de informação e sensibilização dos atores sociais em cada uma das cidades sócias em relação a este projeto comum, de maneira viabilizar seu envolvimento nas etapas posteriores.

d) Elaboração de proposta metodológica para elaboração de estudos de caso

Trata-se da elaboração de proposta metodológica para elaboração de estudos de caso sobre políticas e programas de microcrédito desenvolvidos por governos locais enquanto indutores, fomentadores e/ou operadores, envolvendo também experiências de incorporação do enfoque de gênero nas políticas públicas e considerando diferentes formas de articulação com o setor privado e organizações não governamentais. Nesse momento, serão identificados preliminarmente os casos a serem estudados. Para a elaboração da proposta metodológica, este projeto conta com o sócio externo Emergence, especialista em cooperação financeira para o desenvolvimento.

Eliminado: s de programas de microcrédito

Eliminado: Por ocasião da elaboração dessa proposta serão identificados preliminarmente os casos a serem estudados.

Estes estudos tencionam documentar experiências inovadoras - tanto no campo do microcrédito quanto das políticas afirmativas de gênero -, nas diferentes cidades sócias do projeto. Seus resultados deverão constituir insumos para a realização de análise comparativa dessas experiências, envolvendo critérios objetivos e subjetivos. No campo de análise específico do microcrédito, por exemplo, serão analisados elementos considerados determinantes para a acessibilidade das iniciativas e também critérios estruturais de estabilidade de programas financeiros, como viabilidade econômica e autonomia financeira. Já no campo específico das políticas de gênero, tenciona-se identificar modelos de organização, mecanismos e recursos necessários para integrar essa perspectiva nas políticas de microcrédito.

e) Criação e manutenção de página web permanente

A cidade coordenadora criará página web permanente, que deverá funcionar como ferramenta de intercâmbio e de relação continuada entre todos os sócios do projeto durante sua duração e também após o seu término.

f) Seminário inicial de programação das atividades e de discussão de metodologia de estudos de caso.

Eliminado: e

Este primeiro evento – a realizar-se na cidade coordenadora -, constitui, fundamentalmente, uma reunião de programação do projeto comum, com a participação de todas as cidades sócias, envolvendo desde a discussão da proposta metodológica e a definição dos casos a serem estudados até o cronograma de atividades. Tem também a finalidade de assegurar a construção e a apropriação coletiva dos diferentes aspectos metodológicos necessários à documentação dos casos e assegurar a harmonização dos aspectos gerais do projeto, de forma a adequá-los às peculiaridades de cada cidade. Em termos mais detalhados, esse seminário deverá cumprir os seguintes objetivos:

- reafirmar a participação e o papel de cada um dos sócios, nas diferentes etapas de execução do projeto;
- celebrar convênio de cooperação entre todos os sócios;
- discutir plano de ação e metodologia do projeto, com o intuito de homogeneizar conceitos e a própria compreensão de todos a respeito das orientações gerais do projeto;
- intercambiar experiências sobre políticas, programas e demais iniciativas de microcrédito;
- intercambiar experiências específicas sobre desenvolvimento de políticas de igualdade de gênero em âmbito local;
- estabelecer as bases para o intercâmbio de informações em rede entre todos os sócios participantes, que deverá perdurar durante todo o período de realização do projeto;
- desenvolver laços diretos entre todos os participantes.

Para a realização deste evento, o Município de Guarulhos dispõe de toda a infra-estrutura existente no Centro Cultural Adamastor, com salas de reunião, auditório e equipamentos, além do pessoal de apoio disponibilizado para o projeto. Também dispõe de serviço de transporte para os participantes disponibilizado pelo “pool” de veículos da Prefeitura.

Nesse seminário participarão 21 pessoas, constituídas pelas equipes das cidades sócias do projeto e também pelos sócios externos, conforme segue:

Guarulhos, Brasil (coordenador técnico do projeto + 1, especialista, em microcrédito + 1 especialista, em políticas de gênero + 2 pessoas da equipe local)

São Paulo, Brasil (2)

General Pueyrredon, Argentina (2)

Sicasica, Bolívia (2)

Marbella, Espanha (2)

Bruxelas, Bélgica (2)

San Jerônimo, Peru (2)

Sabadell, Espanha (2)

ABCRED, Brasil (1)

Emergence, França (1)

Eliminado: 2

Eliminado: s

Eliminado: e

g) Visitas de acompanhamento

Estão previstas duas visitas de acompanhamento e intercâmbio de experiências, para fortalecer os aspectos metodológicos e apoiar os estudos de casos a serem desenvolvidos nas cidades sócias. A primeira, a realizar-se por ocasião do seminário de programação de atividades, abrange três localidades, a saber:

Eliminado: f

- a Cooperativa de Crédito de Guarulhos;

- o Programa “Banco do Povo de Guarulhos”, desenvolvido pelo estado de São Paulo e implementado pelo Município de Guarulhos;

- o Programa Central de Crédito Popular “São Paulo Confia”, desenvolvido pelo Município de São Paulo;

- a Associação Brasileira dos Dirigentes das Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares - ABCRED (sócio externo).

Eliminado: Paulista

Essas visitas foram escolhidas porque essas iniciativas são emblemáticas, cada uma representando uma concepção específica e diferenciada de oferta de microcrédito. Enquanto o programa Banco do Povo de Guarulhos representa um programa estatal que opera com juros subsidiados, a Central de Crédito Popular “São Paulo Confia” representa um exemplo de programa baseado no conceito de crédito produtivo e que trabalha com taxas de juros que variam dependendo de cada linha de crédito. No caso da Cooperativa de Crédito de Guarulhos, instituída desde 1956, a visita se reveste de interesse em virtude de representar um tipo de cooperativismo que adota como referência o Sistema Luzzatti, ou de crédito urbano, constituindo-se como uma das poucas remanescentes dessa experiência no Brasil. Cada um desses programas está detalhado no item 1.8 – subitem f. Também a visita à ABCRED justifica-se pelo fato de essa Associação possuir status de organização de referência para o setor no Brasil, atuando como depositária dos princípios e referências que orientam os agentes brasileiros de crédito.

A segunda visita ocorrerá à época do segundo seminário, previsto para o início do segundo ano do projeto, a realizar-se na Região de Bruxelas.

h) Intercâmbio de experiências

As atividades de intercâmbio de informações e de experiências entre os sócios participantes, em rede, sustentarão e animarão o projeto comum durante todo seu período de duração. Essas atividades serão complementadas com as duas visitas técnicas de acompanhamento - já mencionadas - e dois seminários.

Eliminado: g

h) Elaboração de sete estudos de caso

Eliminado: h

A partir do momento em que a metodologia para estudos de caso esteja formulada e validada por todas as cidades sócias, cada cidade responsável pela realização de atividades de documentação, sistematização, ou diagnóstico promoverá uma oficina para sistematização da experiência do Município, da qual participarão agentes governamentais e atores sociais, principalmente aqueles envolvidos com atividades de microcrédito ou com planejamento de políticas afirmativas de gênero no Município, ou ainda aqueles que tenham interesse pelo tema. Desta forma estará assegurada a incorporação dos pontos de vista dos diferentes atores sociais sobre o tema.

Os formuladores de políticas públicas e os gestores de programas de microcrédito aportarão o referencial metodológico por eles adotado, assim como o farão os especialistas em políticas de gênero. O processo de sistematização e análise das experiências tencionará demonstrar e avaliar os seguintes aspectos:

- as condições de acesso ao crédito propiciadas por cada programa, assumindo como premissa o enfoque da equidade de gênero;
- a capacidade das diferentes engenharias financeiras assegurarem viabilidade econômica e autonomia financeira aos respectivos programas;
- os resultados alcançados, em termos da transformação da realidade sócio-laboral dos tomadores de crédito em geral e das mulheres em particular.

Esta será a fundamentação dos estudos de caso, que serão complementados com outras informações disponíveis nas cidades participantes (estatísticas, etc) Além disso, serão realizadas entrevistas em profundidade com atores locais relevantes – inclusive com clientes dos programas existentes - para detalhar aspectos específicos de cada caso. Ao final desta etapa, será elaborada uma versão preliminar de cada estudo de caso.

i) Validação dos estudos de caso

Eliminado: i

Uma segunda oficina com os agentes governamentais e atores sociais será realizada para apresentação da versão preliminar do estudo, com o objetivo de promover uma reflexão coletiva sobre o documento. As conclusões e recomendações dos participantes serão incorporadas na elaboração da versão definitiva do documento.

j) Análises de estudos de caso e proposta de recomendações

Eliminado: j

Uma vez validada e elaborada a versão final dos estudos de caso, em cada cidade, a coordenação do projeto - em conjunto com os consultores e os sócios externos do projeto - realizará análise comparativa dos documentos finais, com o intuito de elaborar uma proposta de recomendações para o desenho e implementação de políticas e programas de microcrédito com incorporação de perspectiva de equidade de gênero e também de como integrá-los com as demais políticas e programas de desenvolvimento local. Os resultados dessa análise comparativa deverão servir como insumos para animar discussão coletiva a ser realizada entre os sócios do projeto e, finalmente, para a elaboração do documento final.

m) Seminário final

Eliminado: l

Elaboradas as versões definitivas dos estudos de caso, será realizado um segundo seminário geral, na região de Bruxelas, com a participação de todos os sócios do projeto, com três finalidades: intercâmbio de experiências, validação das recomendações e apresentação de resultados

- Painel de intercâmbio de experiências

Nesse primeiro painel, os consultores e as equipes locais apresentarão os elementos principais dos casos por elas documentados, os quais serão também utilizados para aportar conteúdo para o debate sobre formulação de recomendações.

- Painel de validação de recomendações

Neste segundo painel, serão apresentados os resultados formulados pelos sócios externos sobre a análise dos casos documentados e será organizado espaço de reflexão acerca

dessa análise, com o intuito de formular e validar - de forma coletiva -, as recomendações definitivas para o desenho e a implementação de políticas e programas de microcrédito com abordagem de equidade de gênero e envolvendo formas alternativas de articulação com o setor privado e a sociedade civil.

f - Painel de apresentação de resultados

Ao final, serão apresentadas as conclusões dos debates realizados nas sessões de intercâmbio de experiências e de validação de recomendações para a formulação e implementação das políticas e programas de microcrédito com enfoque de equidade de gênero.

Eliminado: f

Para a realização deste evento, a Região de Bruxelas dispõe de toda a infra-estrutura necessária, envolvendo salas de reunião, auditório e equipamentos, além do pessoal de apoio disponibilizado para o projeto. Também dispõe de serviço de transporte para os participantes.

Eliminado: f

Desse seminário final deverão participar 21 pessoas que compõem as equipes das cidades sócias e também os sócios externos do projeto, conforme a seguir especificado:

Guarulhos, Brasil (coordenador técnico do projeto + 1 especialista, em microcrédito + 1 especialista, em políticas de gênero + 2 pessoas da equipe local)

Eliminado: 2

Eliminado: s

Eliminado: e

São Paulo, Brasil (2)

General Pueyrredón, Argentina (2)

Sicasica, Bolívia (2)

Marbella, Espanha (2)

Bruxelas, Bélgica (2)

San Jerônimo, Peru (2)

Sabadell, Espanha (2)

ABCRED, Brasil (1)

Emergence, França (1)

Além disso, pretende-se contar com a presença de representantes da coordenação da Rede 12, assim como do Programa Urb-AI. De igual forma, outras cidades, associações e organismos serão também convidados a assistir este seminário, tendo em vista estender os benefícios destas experiências a todos os possíveis interessados.

m n) Memória do seminário

Após a finalização do seminário, será elaborada uma memória contemplando todos os conteúdos extraídos durante os painéis de intercâmbio de experiências e de validação das recomendações para o desenho e a implementação de políticas e programas de microcrédito com abordagem de equidade de gênero e envolvendo formas alternativas de articulação com o setor privado e a sociedade civil. A elaboração deste documento será de responsabilidade da cidade responsável pela coordenação do projeto, ou seja, Guarulhos.

Eliminado: m

n o) Desenho de publicações

Uma vez elaboradas as versões definitivas dos diferentes estudos de caso, serão iniciadas as atividades de edição e diagramação desse conteúdo em livro nos idiomas português, espanhol e inglês, como atividade prévia à sua impressão. Equipe especializada será contratada especificamente para desenvolver essas atribuições.

Eliminado: n

Nesta etapa serão também desenvolvidos projetos do cd multimídia, de arquivo para divulgação pela Internet e de material de divulgação do livro e do cd. Esses trabalhos também serão elaborados por equipe externa especializada.

o p) Produção de materiais.

Equipes serão contratadas para a realização das atividades de produção e impressão de 1000 livros, nos idiomas português, espanhol e inglês, e do material de divulgação (10.000

Eliminado: o

Eliminado: os

folders, nesses três idiomas), de reprodução de um cd multimídia e de produção do arquivo a ser inserido na pagina web. A coordenação do projeto e os sócios externos darão seguimento a estas atividades, assim como à difusão destes materiais.

Eliminado: ,

Eliminado: o

Eliminado: internet

q) Auditoria externa.

Eliminado: p

Após a finalização das atividades do projeto, a cidade coordenadora contratará uma pessoa ou empresa externa ao projeto para realizar auditoria financeira, cujos resultados serão entregues aos sócios do projeto, à coordenação da Rede 12 e à União Européia.

Eliminado: f

1.8 Metodologia

(a) método de execução

Considerando a natureza eminentemente técnica das atividades descritas, os estudos de caso serão desenvolvidos por consultores locais, com apoio das equipes técnicas locais, constituídas por formuladores de políticas públicas e gestores de programas de microcrédito, sob a dupla orientação de especialista com reconhecida experiência em microcrédito e também de consultor em políticas públicas de gênero.

Partindo de levantamento completo de informações - a ser realizado pelas equipes locais, em articulação com os consultores locais, sobre os programas de microcrédito existentes nas cidades sócias -, os especialistas em microcrédito e em políticas públicas de gênero contratados pelo projeto elaborarão proposta metodológica que servirá de guia para a realização de sete estudos de casos considerados emblemáticos.

Os sete casos a serem aprofundados serão selecionados pelos sócios do projeto, sob orientação do especialista em microcrédito, com base nas informações levantadas pelas equipes locais sobre as iniciativas existentes nessa área, por ocasião do primeiro seminário de programação das atividades e de discussão da proposta metodológica.

Os estudos serão realizados considerando os pontos de vista dos diferentes atores institucionais e sociais envolvidos nos programas de microcrédito pesquisados envolvendo, inclusive, suas percepções a respeito da forma de inserção da dimensão de gênero nesses programas, de modo a identificar:

- a problemática específica de cada cidade;
- as alternativas para solucionar os problemas evidenciados;
- os instrumentos metodológicos disponíveis, tanto para o planejamento de políticas e programas de microcrédito, quanto para a incorporação do enfoque de gênero nessas políticas;
- as possibilidades de articulação institucional;
- os papéis dos governos locais e dos diferentes atores sociais;
- os impactos alcançados sobre os grupos destinatários (cidades) e demais beneficiários;
- as dificuldades enfrentadas;
- as lições aprendidas;
- as perspectivas.

O resultado dos estudos de caso serão objeto de análise comparativa aprofundada, baseada em critérios técnicos específicos e direcionada para: (a) identificar as características que distinguem as diferentes metodologias de microcrédito adotadas pelos programas estudados ; (b) identificar o grau de integração da perspectiva de gênero nas políticas e programas de microcrédito estudados; (c) extrair ensinamentos e (d) elaborar recomendações para as cidades sócias e demais municípios que possam se interessar pelo tema.

No que concerne ao estudo comparativo das características das experiências de microcrédito, os critérios a serem adotados devem envolver, fundamentalmente, quatro vertentes de análise, centradas na construção institucional, nos resultados e nos impactos dos programas, a saber: viabilidade econômica, autonomia financeira, acessibilidade e eficiência.

A análise de viabilidade econômica procurará identificar a capacidade de os programas realizarem seus objetivos e financiarem seus custos administrativos sem terem que recorrer a fontes externas de forma permanente. Esses programas, na verdade, deveriam recorrer a assistência externa somente durante a etapa de início de suas atividades. Assim sendo, tenciona-se pesquisar até que ponto os apoios recebidos pelos programas tiveram caráter temporário, no sentido de terem sido estruturados para auxiliar a instituição a extrair lucros razoáveis e a criar reservas próprias.

Esta questão relaciona-se diretamente com o volume de capital próprio e com a quantidade e qualidade da carteira de empréstimos e é afetada por quatro fatores de lucratividade, a saber: (a) taxa de juros para captação de recursos (borrowing rate); (b) taxa de juros para empréstimos aos clientes (lending rate); (c) turnover dos empréstimos e (d) custos de transação.

Já o conceito de autonomia financeira será avaliado pela capacidade de os programas reduzirem a inadimplência, mobilizarem poupança e salvaguardarem-se contra a descapitalização pela inflação. Nesta análise são considerados aspectos como: custo das fontes de capital; custos administrativos; auto-suficiência de exploração - dada pela capacidade de os fundos cobrirem as perdas de exploração antes de atingirem o patamar de rentabilidade ou equilíbrio financeiro -; e auto-suficiência financeira propriamente dita.

Eliminado: falhas

A terceira vertente de análise é focada na acessibilidade dos pobres ao crédito institucional, com ênfase na situação das mulheres. Nessa perspectiva, serão levados em consideração os fatores que influenciam o acesso dos(as) mais desfavorecidos(as) aos serviços financeiros, como: proximidade, adequação da oferta de serviços às necessidades dos(as) clientes potenciais, identificação cultural com os (as) clientes e participação local.

Para o exame da questão da eficiência será analisado até que ponto os programas funcionam com os custos de transação mais reduzidos possíveis, ou seja, se conseguiram alcançar e preservar um elevado nível de eficiência. Essa análise avança, inclusive, no sentido de identificar até que ponto as instituições financeiras conseguiram estabelecer um nível ideal de custos administrativos, tanto para oferta de empréstimos, quanto para mobilização de poupança. E, em caso positivo, as avaliações também procurarão perceber como os programas foram conduzidos para alcançar esse nível de eficiência.

A última etapa da análise comparativa entre os estudos de caso deverá conduzir à avaliação dos impactos efetivos dos programas de microcrédito em termos de transformação da realidade sócio-econômica de seus clientes, pela abertura de possibilidades de ocupação e renda, procurando identificar até que ponto esses programas combateram de fato a desigualdade entre homens e mulheres e, em caso negativo, explicando por que razões isso não ocorre.

Essa avaliação será complementada por análise comparativa desses mesmos estudos de caso sob a ótica da integração da perspectiva da equidade de gênero nos programas de microcrédito. Para fins desse tipo de trabalho, serão observadas quatro dimensões de análise, a saber:

- informação: conhecimento do impacto das políticas e programas estudados nas relações de gênero e, em caso positivo, diagnóstico a respeito de como isso ocorre;
- objetivos: avaliação dos possíveis efeitos das políticas e programas de microcrédito estudados sobre a situação das mulheres e dos homens e possíveis impactos - positivos ou negativos - sobre as relações de gênero, sobretudo no que se refere à autonomia e igualdade e considerando as tendências de longo e curto prazos;

- planejamento: verificação das iniciativas dos responsáveis pelas políticas e programas de microcrédito no sentido tanto de anular seus possíveis efeitos negativos quanto de apresentar alternativas que promovam a igualdade de gênero na participação e distribuição de recursos, prestações, tarefas e responsabilidades, na vida pública e privada
- avaliação do que foi conseguido.

Por fim, os resultados da análise comparativa entre os sete estudos de caso - tanto sob a ótica do microcrédito quanto da metodologia de inserção da perspectiva de gênero - deve conduzir à elaboração de proposta de recomendações metodológicas e operacionais para a formulação e implementação de políticas e programas de microcrédito como instrumento de fomento à emancipação econômica e inclusão social das mulheres.

(b) razões que justificam a escolha do método proposto

Esta metodologia foi adotada porque permite identificar e intercambiar conhecimentos e experiências relevantes sobre microcrédito, gerados por diferentes atores locais e analisá-los segundo critérios técnicos e sociais, de modo a permitir a cada sócio participante uma compreensão mais aprofundada a respeito das possibilidades do microcrédito enquanto instrumento de política de equidade de gênero.

Considerando o caráter eminentemente técnico das análises a serem realizadas, o método proposto concilia a atuação de profissionais especializados em microcrédito - e também em políticas públicas afirmativas de gênero - com a ação de equipes locais e também com o envolvimento de representantes da sociedade civil organizada, de forma a assegurar competência técnica, legitimidade política e participação social nos estudos de caso e avaliações subsequentes.

Paralelamente, o método cria condições para que atores públicos, privados e não governamentais consigam compreender a importância de seus respectivos papéis nesse processo e evoluam no sentido de desenhar novos modelos de construção institucional de iniciativas de microcrédito capazes de incorporar a perspectiva da equidade de gênero, mediante estabelecimento de novas e inovadoras formas de parceria envolvendo, inclusive, aspectos de financiamento.

No campo de conhecimento específico das atividades de microcrédito, esta metodologia avança em dois sentidos: primeiro, ao incorporar a acessibilidade como critério de julgamento. Segundo, ao privilegiar critérios que enfatizam a importância da sustentabilidade dos programas. O critério de acessibilidade significa assumir que os programas de microcrédito não podem ser julgados por critérios exclusivamente econômicos. Ao incorporar a acessibilidade como critério, esta metodologia inverte os fatores tradicionais de julgamento, fazendo com que a grande questão do microcrédito passe a ser: como assegurar acessibilidade e, ao mesmo tempo, conseguir viabilidade econômica e autonomia financeira. Já o critério de sustentabilidade é importante porque de nada adianta construir um programa competente, capaz de atingir os mais desfavorecidos, se ele depende exclusivamente de fundos públicos e pode ser descontinuado a qualquer momento, em função das prioridades do gestor do fundo.

Por fim, esta metodologia permite a construção participativa e coletiva do conhecimento, na medida em que aborda práticas semelhantes, compartilha lições aprendidas e viabiliza a construção de conhecimentos a partir de experiências concretas e bem sucedidas. Além disso, a implementação da página web propiciará atividades de intercâmbio e relação continuada entre os sócios não só durante todo período de duração do projeto, mas também após seu encerramento.

Eliminado: Por fim, e

(c) se o projecto der seguimento a um anterior projecto, explicar a forma como se baseia nos resultados do projecto existente

Este projeto não dá seguimento a projeto anterior.

(d) procedimentos de avaliação interna

A avaliação do projeto será executada de forma participativa, da seguinte forma: a equipe realizará auto-avaliação da metodologia e das atividades desenvolvidas para alcançar os objetivos e resultados previstos. Todas as atividades desenvolvidas terão um momento pré-determinado de avaliação, de tal modo que esta passe a ser uma atividade permanente, capaz de fornecer elementos de retroalimentação necessários à realização de ajustes nas atividades seguintes, com o intuito de melhorá-las. Por exemplo, cada seminário, oficina ou programa de capacitação estabelecerá um espaço para avaliação em sua programação, envolvendo diferentes aspectos, como forma de organização, metodologia, conteúdo, etc. O coordenador do projeto será o responsável pela concepção e programação das atividades e dos instrumentos de avaliação.

Ao final das atividades, a coordenação contratará consultor externo especializado para que realize auditoria financeira. Os resultados serão encaminhados aos sócios do projeto, à coordenação da Rede 10 e à União Européia.

(e) nível de participação e de ação de outras organizações (parceiros e outros) no projeto

De acordo com o planejamento metodológico e de atividades, as cidades sócias deverão atuar em todas as etapas do projeto. Num primeiro momento, por ocasião do seminário de lançamento, as cidades sócias participarão das atividades de planejamento geral e de construção coletiva da metodologia. Conforme mencionado anteriormente, a intenção, nesse primeiro momento, será a de homogeneizar conceitos e abordagens, de forma a integrar todos os participantes em torno da elaboração de uma única proposta metodológica e de ação.

Como este projeto pretende dar especial atenção à avaliação, as cidades sócias também incluirão iniciativas de auto-avaliação no planejamento das atividades a serem desenvolvidas, de forma a que a avaliação venha a se constituir como um processo permanente.

A partir de então, as cidades sócias constituirão equipes locais para impulsionar projetos locais: a idéia é que cada cidade promova o desenvolvimento de um estudo de caso sobre programa emblemático de microcrédito e também contribua diretamente nas atividades de levantamento e intercâmbio de informações, esta última através de conexão em rede com todos os sócios do projeto comum. Além disso, as equipes locais apoiarão os consultores técnicos locais responsáveis pela realização dos estudos de caso, nos termos da proposta metodológica.

As cidades sócias também promoverão a integração das equipes locais com a comunidade envolvida mediante organização de oficinas de sensibilização com os atores sociais envolvidos com programas de microcrédito, articulando e mobilizando formuladores de políticas, autoridades eleitas envolvidas com o tema e gestores de programas atuantes nos setores público, privado e também em organizações não governamentais. Nessa perspectiva, terão a responsabilidade pela organização logística necessária, em articulação com a equipe coordenadora do projeto.

Os sócios externos terão a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento técnico do projeto em todas suas etapas, envolvendo desde o momento inicial de organização geral e elaboração metodológica até as fases finais de realização de análises comparativas e avaliações dos estudos de caso realizados, elaboração dos produtos finais e formulação de recomendações metodológicas e operacionais para utilização dos resultados obtidos, tendo em vista a melhoria das políticas e programas de microcrédito.

(f) apresentar as razões que justificam o papel de cada parceiro

Guarulhos, São Paulo, Brasil

O Município de Guarulhos (1.049.668 habitantes) acumula experiência em duas áreas. A primeira abrange a iniciativa da Cooperativa de Crédito Popular, instituída em Guarulhos desde 1956 e que adota como referência o denominado Sistema Luzzatti ou de crédito urbano. Esse tipo de cooperativismo opera mediante subscrição de quota-capital e também pela captação de depósitos populares em conta-corrente, configurando duas alternativas de recursos para permitir o fornecimento de crédito e empréstimos populares com juros a preço de custo, ou seja, sem fins lucrativos. Sendo uma das poucas remanescentes do Sistema Luzzatti no Brasil, esta cooperativa conserva a mesma orientação que norteou sua fundação, acrescida de vasta experiência e tendo passado pelo crivo da vida prática e de várias inspeções do Banco central.

A segunda experiência, denominada Banco do Povo de Guarulhos, reveste-se de caráter eminentemente estatal e se constitui desde a adesão da cidade ao programa “Banco do Povo Paulista”, em dezembro de 2002. Esse programa foi criado pelo Governo do Estado de São Paulo, em setembro de 1998, com a proposta de atender a demanda de empreendedores populares que não têm acesso às linhas de crédito oferecidas pelas instituições bancárias convencionais, com o objetivo de incrementar pequenos negócios. Embora apresente o grande diferencial de cobrar taxa de juros subsidiada, da ordem de 1% ao mês e baixo nível de inadimplência, este programa não consegue alcançar as faixas mais desfavorecidas da população em razão das exigências e garantias exigidos dos clientes.

Baseado nessa experiência anterior e considerando a gravidade de seus indicadores sociais⁶, o Município de Guarulhos propõe-se a coordenar este projeto comum com o intuito de assimilar maior conhecimento a respeito de experiências relevantes existentes nessa área e, com base nesses aportes, desenvolver políticas e programas inovadores capazes de, ao mesmo tempo, alcançar os mais pobres, combater a tendência de feminilização da pobreza e mobilizar os setores dinâmicos da comunidade em torno dessa questão.

São Paulo, São Paulo, Brasil

Até o ano 2000, a cidade de São Paulo (9.968.485 habitantes) contava, basicamente, com dois modelos de microcrédito, ambos com atuação bastante reduzida para as necessidades da grande população empreendedora do município, a saber:

- o primeiro, formado por ONGs, sem a participação do poder municipal, orienta-se por princípios de auto-sustentabilidade e procura desenvolver estratégias de inclusão social, com taxas de juros competitivas em relação ao mercado. Envolve o CEAPE São Paulo - Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), que integra uma rede nacional de instituições de microcrédito e a Ação de Crédito Trabalho Amigo – ACREDITA, também com abrangência nacional.
- o segundo modelo, à semelhança de Guarulhos, constituiu-se a partir da adesão do Município de São Paulo ao programa “Banco do Povo Paulista”, do Estado de São Paulo, que possui estrutura estatizada, sem parceria com a sociedade e opera com taxas de juros subsidiadas em uma única linha de crédito.

Porém, a principal experiência da cidade de São Paulo vem se desenvolvendo a partir de 2001, com a criação do Programa Central de Crédito Popular São Paulo Confia, operado em parceria com instituições da sociedade civil, por meio de uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse público), da qual a Prefeitura Municipal de São Paulo é sócia.

⁶ Os indicadores sócio-econômicos do Município de Guarulhos estão especificados na Parte II – Item 3 deste pedido de subvenção.

Atua com dois tipos de crédito - um voltado exclusivamente para atividades econômicas e outro para melhoria das condições de moradia – e quatro linhas de crédito, sendo que duas operam com taxas operacionais de juros claramente subsidiadas, como parte de política pública de incentivo a grupos específicos.

Além de contribuir com experiência relevante para o intercâmbio de experiências com as cidades sócias, a cidade de São Paulo tem especial interesse em incorporar massa crítica sobre outras experiências internacionais que lhe permitam desenvolver estratégias e novos produtos de crédito para alcançar, em grande escala, os mais pobres dentre os empreendedores populares, incorporando o tema da equidade de gênero e incentivando a constituição de cooperativas e associações auto-gestionárias, de forma a gerar novas perspectivas de trabalho e renda para maior número de cidadãos e cidadãs.

General Pueyrredon, Buenos Aires, Argentina

Eliminado: ¶
¶

Devido à recente crise econômica e social por que passa a Argentina, a região de Mar Del Plata - onde se situa a cidade de General Pueyrredón (541.733 habitantes) - apresenta elevadas taxas de desemprego e exclusão social. De 6,7 em 1991, passou a 22 % em 1995, permanecendo nesse patamar até alcançar 25% em 2002. Atualmente os índices alcançam 19%. Os setores sociais afetados se viram em situação de pobreza e indigência, comprometendo a educação, a cultura e a experiência de trabalho. Nesse processo, foram particularmente afetadas as famílias lideradas por mulheres e com menores de 14 anos.

No que diz respeito às mulheres, é possível afirmar que 46% constitui a população economicamente ativa e, como em quase todo o país, ostentam elevados índices de desocupação: 43% são sub-ocupadas e 56 % desocupadas. 50 % das mulheres trabalham sem hierarquia e 21% trabalha em situação informal. Aproximadamente 22% são provedoras principais de famílias.

Para enfrentar essa situação social, o Município de General Pueyrredón tem aderido a programas de microcrédito promovidos por outras esferas de governo. Seu interesse neste projeto reside justamente em participar das análises e avaliações sobre os limites e possibilidades apresentados pelas diferentes metodologias adotadas tanto na Argentina como em outros países.

General Pueyrredón conta atualmente com três programas estatais de microcrédito, sendo três de iniciativa do governo nacional e um desenvolvido pelo governo da Província de Buenos Aires. Essas iniciativas distinguem-se entre si em vários aspectos, a saber:

- o programa “Microcréditos” - de iniciativa da Província de Buenos Aires e operado pelo município -, funciona desde 1992 e concede empréstimos individuais e grupais para novas experiências inovadoras, mediante garantia pessoal;
- o “Plano Nacional de Desenvolvimento Local e Economia Social Mãos a Obra”, implementado em 003 pelo governo nacional e também executado pelo município, contempla o desenvolvimento de projetos produtivos e concede empréstimos somente para grupos, sem exigência de garantias reais;
- já a iniciativa “Novos Promotores para Novas Políticas Sociais (2002), do Banco Nacional da Boa Fé - implementada pelo governo nacional e co-gerenciada pelo município em conjunto com uma OSCIP que nucleia os setores industriais e de comércio locais -, é particularmente interessante porque baseia-se na teoria Yunus, do Banco Grameen de Bangladesh, na qual os empréstimos são grupais e se outorgam sem garantia; sendo 92% para mulheres;
- além destas, existem créditos para microempresas e PMEs outorgados pelo CEPYMES (organismo vinculado ao governo nacional), que são gerenciados pela OSCIP mencionada,

têm sua origem na década de 90 e concedem empréstimos para empreendimentos individuais ou grupais, direcionados à melhoria dos níveis de produtividade, pela incorporação de novas tecnologias.

Sicasica, La Paz, Bolívia

No Município de Sicasica vivem 56.440 pessoas indígenas, de língua aymara, sendo 42% mulheres. O índice de desemprego é da ordem de 26%, que se eleva para 60% nas populações rurais. Para compensar o desemprego, a população se ocupa de atividades comerciais em menor escala, ou seja, são pequenos comerciantes que se utilizam de microcréditos para suas atividades.

As atividades de microcrédito foram criadas há quatro anos e são dirigidas por mulheres do Centro de Mulheres Candelária e da Fundação Apachita e administradas por organizações locais. Não são serviços prestados pelo Município; este somente avaliza o funcionamento dos programas. Os créditos são individuais e também grupais e visam gerar capital inicial para criar ocupação para um membro da família. Para tanto, existem dois tipos de garantia: garantia mancomunada e garantia nominal (não hipotecária) outorgada por familiares. Todos os 1.220 beneficiários são mulheres e 60% vivem em centros urbanos.

Dada a importância do microcrédito para o conjunto da população feminina residente em Sicasica (37% das mulheres são clientes do único programa existente), existe grande vontade política do Município desenvolver alternativas para avançar nessa área, principalmente em razão do fato de as atividades de microcrédito encontrarem-se estagnadas, sem possibilidade de ampliação do número de beneficiárias, por falta de capital para lastrear suas operações. Nesse sentido, a participação do Município nesse projeto é estratégica, na medida em que o intercâmbio de informações com as demais cidades sócias pode gerar idéias inovadoras – inclusive articulando o setor privado e as ONG's - para enfrentamento de um de seus principais desafios, qual seja o elevado índice de desemprego.

San Jerónimo, Cusco, Perú

No Município de San Jerónimo (22.351 habitantes), 80 % da população economicamente ativa possui emprego informal, em geral eventual ou precário. Para atender às necessidades de microcrédito, o Município celebrou convênio com o Centro Guaman Poma de Ayala, que desde 1998 mantém programa destinado às mulheres organizadas, gerenciado em conjunto com a Central de Mulheres de San Jerónimo⁷. Nesse programa os empréstimos são concedidos por grupos solidários e nenhuma garantia de penhora ou hipotecário é solicitada. Dentre as 200 beneficiárias, 65 % são de zona urbana.

Além de contribuir com sua experiência de parceria com a sociedade civil para o desenvolvimento de programa de microcrédito produtivo para grupos solidários de mulheres, a participação do Município de San Jerónimo se justifica pela enorme importância do microcrédito como instrumento de geração de ocupação e renda para as mulheres, haja vista que 80 da PEA da cidade está na informalidade. Por isso, existe grande vontade política por parte da Administração Municipal no sentido de desenvolver iniciativas inovadoras para o atendimento da enorme demanda por microcrédito, já que o atual programa cobre apenas 4% dessa faixa da população em situação de informalidade. A expectativa de San Jerónimo é justamente a de ter oportunidade de discutir e avaliar programas existentes em outras localidades latino-americanas e européias que possam contribuir com recomendações práticas para o encaminhamento dessas questões,

⁷ A Central de Mulheres de San Jerónimo agrupa todas as organizações de mulheres, como, por exemplo, os Comitês de Copo de Leite, o Clube de Mães, os restaurantes populares, os grupos de produção, os grupos solidários, as defensoras comunitárias e as mobilizadoras de saúde.

considerando, inclusive, diferentes alternativas de parceria com o setor privado e a sociedade civil organizada.

Eliminado: ¶

Marbella, Malaga, Espanha

Na cidade de Marbella (122.405 habitantes), os programas de microcrédito mais fortes e estáveis são estatais, promovidos por entidades pertencentes à Administração Pública⁸ e também por iniciativas europeias canalizadas por intermédio de ONG's e instituições públicas. São iniciativas relativamente recentes: os primeiros programas de microcrédito foram criados nos anos de 2001 e 2002, sendo que atualmente continuam surgindo novas linhas de financiamento.

As consultas e pedidos de informação são recebidos pelo Departamento de Orientação Laboral da Delegação da Mulher do Município, sendo que mais de 70 % das consultas sobre empreendimentos pedem informações sobre microcrédito e, deste total, mais da metade inicia processo de preparação de solicitações de microcrédito. Quase 100% das solicitações atendidas têm sido concedidas a pessoas residentes em Marbella para desenvolver projetos empresariais urbanos. Os empréstimos podem ser concedidos a pessoas individuais ou grupos de pessoas, sendo que o tipo de constituição da empresa não influi na concessão do microcrédito. Os microcréditos concedidos oscilam entre 15.000 e 25.000 euros e destinam-se a gastos com investimento inicial, podendo envolver, inclusive, provisão de fundos para os três primeiros meses do empreendimento.

A carência de garantias e avais para conseguir acesso a financiamento é uma das condições para a concessão desse tipo de empréstimo. Outras exigências são: (a) não ter dívidas pendentes com o Estado; (b) pertencer a grupos desfavorecidos da população, como: mulheres, imigrantes, maiores de 45 anos, incapacitados, famílias monoparentais e pessoas em situação de desemprego de longa duração.

A participação de Marbella neste projeto justifica-se, primeiramente, em virtude do aumento da demanda por microcrédito naquele Município, o que se relaciona diretamente com o desemprego: do total da população potencialmente ativa em idade laboral (80.667 indivíduos), 3.255 pessoas se encontram inscritas como demandantes ativas de emprego, sendo 1.833 mulheres.

Esse crescimento da demanda por microcrédito contrasta com a experiência relativamente recente do Município com as especificidades desse tipo de programa, o que enfatiza ainda mais a importância do intercâmbio com cidades com maior experiência acumulada, tanto no âmbito do setor público quanto no desenvolvimento de parcerias diferenciadas com a iniciativa privada e a sociedade civil.

Do ponto de vista dos demais sócios do projeto, também existe grande interesse em conhecer com maior profundidade a experiência específica de Marbella por se tratar de programas de microcrédito direcionados especificamente a projetos empresariais urbanos que contam, inclusive, com serviço de apoio do município tanto para a preparação do projeto empresarial quanto para a mediação entre o usuário e a entidade responsável pelo encaminhamento das solicitações de microcrédito.

Eliminado: ¶

Região de Bruxelas - Capital, Bélgica

O interesse da Região de Bruxelas – Capital pelas iniciativas de microcrédito relaciona-se, em grande medida, à elevada taxa de desemprego regional que em dezembro de 2003

⁸ Os principais programas de microcrédito de Marbella são promovidos pelo Instituto de Crédito Oficial, pelos Ministérios do Trabalho e Assuntos Sociais e da Indústria, Turismo e Comércio e pela Caixa Econômica “A Caixa”. Colaboram também entidades de assistência social, entidades bancárias e organizações empresariais como: OMEGA, FEMENP, FIDEM, UATAE e WWB.

alcançou o patamar de 21,2%. O desemprego atinge os jovens (33% dos desempregados) e, sobretudo, as pessoas sem formação (perto de 65% dos desempregados). Também as mulheres provenientes de países estrangeiros à União europeia apresentam taxas de desemprego mais importantes que aquelas provenientes dos países membros (35% a mais).

A experiência da Região concentra-se em uma iniciativa de microcrédito promovida pela Brusoc, filial da Sociedade Regional de Investimentos de Bruxelas, especializada em economia social. Essa iniciativa funciona desde 2000 e os empréstimos são concedidos a clientes individuais que desejam desenvolver projetos na Região, de forma independente. Este instrumento é, sobretudo, destinado a pessoas em situação de exclusão bancária e localiza-se em perímetro configurado por bairros em situação de dificuldade sócio-econômica. Suas linhas de financiamento situam-se em torno de 8.000 euros e os empréstimos são individuais, sem exigência de garantias reais e visam atender a necessidade de capital de giro ou investimento.

Pelos dados apresentados, é possível afirmar que a participação da Região de Bruxelas neste projeto se justifica por vários aspectos que se interrelacionam, a saber: (a) pela atual importância do microcrédito para a Região, como instrumento de emancipação econômica e de inclusão social, em razão da elevada taxa de desemprego; (b) pelo fato de a experiência na área de microcrédito constituir iniciativa relativamente recente. Nesse quadro, o debate com especialistas e o aprofundamento de conhecimentos envolvendo análises e avaliações sobre o alcance e os resultados alcançados por diferentes metodologias e arranjos institucionais - envolvendo, inclusive, a iniciativa privada e o terceiro setor -, revelam-se estratégicos para o desenvolvimento de idéias inovadoras direcionadas ao tratamento dessas questões.

Eliminado: que

Eliminado: passa a ter para

Sabadell, Barcelona, Espanha

Eliminado: ¶

A participação da cidade neste projeto se justifica pela vontade política de sua Administração em promover políticas ativas de criação de emprego e em apostar na promoção de valores como igualdade de oportunidades. Considerando que a atividade econômica de Sabadell alterou-se radicalmente em alguns poucos anos - passando de uma economia dominada pelo setor industrial para uma cidade com predomínio do setor de serviços -, verifica-se uma necessidade premente de promoção econômica, que a cidade tem procurado atender, atuando notadamente nas áreas de orientação individualizada, formação e ocupação, inserção laboral e apoio à criação de empresas. Somente a título de exemplificação, no final de 2003 inscreveram-se 3.203 usuário na Bolsa de Trabalho, 1.000 a mais do que ao final de 2002.

O interesse de Sabadell pelo intercâmbio de experiências e aprofundamento de conhecimentos sobre metodologias de microcrédito inscreve-se justamente nessa perspectiva, ou seja, no sentido de contribuir para uma sociedade mais justa e mais equilibrada em todos os sentidos, inclusive no que diz respeito à questão de gênero.

Sua experiência no âmbito da gestão de programas de microcrédito envolve convênios firmados com duas entidades catalãs. Uma delas é a Fundação Un sol món, que desenvolve linha de microcrédito destinada a pessoas e grupos que não têm acesso ao sistema de crédito convencional ou que se encontram em situação de exclusão social e marginalização.

O outro convênio, celebrado com a Associação ASCA, também apóia projetos com grandes dificuldades para obter financiamento por outras vias. Ocupa-se, particularmente, de casos que necessitem algum tipo de ajuda social, como empreendedores e empreendedoras com encargos familiares, entre outros.

Eliminado: ¶

Associação Brasileira dos Dirigentes das Entidades Gestoras de Microcréditos, Crédito Popular Solidário e Entidades Populares – ABCRED, São Paulo, São Paulo, Brasil

Conforme mencionado anteriormente, a participação da Associação Brasileira dos Dirigentes das Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular e Entidades Similares – ABCRED, associação civil sem fins lucrativos de abrangência nacional, na qualidade de sócio externo, reforça as contribuições ao tema do projeto na medida em que possui o status de organização de referência para o setor no Brasil, atuando como depositária dos princípios e referências que orientam os agentes brasileiros comprometidos com atividades de microcrédito e crédito popular solidário. Além disso, a ABCRED poderá atuar como canal de difusão do conhecimento e das boas práticas gerados no âmbito deste projeto.

Eliminado: f

Emergence, Bonneville, França

A participação da Emergence, na qualidade de sócio externo, se justifica essencialmente pelo fato de essa sociedade – através de seus sócios - ter acumulado vasta expertise justamente no campo de conhecimento essencial ao desenvolvimento deste projeto, qual seja, a avaliação e montagem de mecanismos de financiamento para o desenvolvimento. Com vasta experiência em consultoria nessa área, em países africanos, latino-americanos, asiáticos e também no oriente médio, a Emergence constitui-se em parceiro privilegiado pelo aporte da tecnologia financeira necessária ao desenvolvimento de todas as etapas deste projeto comum, devendo atuar intensamente desde a primeira atividade técnica de elaboração da proposta metodológica para a realização dos estudos de caso até as fases finais de análise comparada, avaliação dos programas de microcrédito e elaboração de recomendações finais. A familiaridade de sua equipe com a metodologia, conteúdo e alcance desse tipo de atividade faz com que a Emergence seja, naturalmente, a organização mais indicada para assessorar os municípios sócios no desenvolvimento técnico das atividades previstas nesta proposta.

(g) equipe proposta para a execução do projeto - é obrigatório juntar o curriculum vitae das pessoas em causa

A equipe permanente do projeto, na cidade coordenadora, será composta por:

- Coordenador técnico geral;
- Coordenador técnico da equipe local;
- Assistente administrativo –financeiro.

Além disso, contará com dois consultores altamente especializados, a saber: um especialista em microcrédito e um especialista em políticas públicas de gênero.

Os demais sócios do projeto também organizarão equipes locais, conformadas por um coordenador técnico local e pessoal de apoio.

A coordenação geral do projeto estará a cargo da Prefeitura Municipal de Guarulhos, na pessoa de seu Secretário de Relações Internacionais.

Os currículos da equipe permanente do projeto estão apresentados como anexos ao presente documento.

1.9 Duração e plano de ação.

A duração do projeto será de 24 meses.

Ano	Atividade	Local (cidade)	Organismo responsável pela execução
Ano 1			
Mês 1	Designação do coordenador	Guarulhos	Cidade coordenadora

	geral do projeto		
	Contatos com sócios e organização geral do projeto	Guarulhos	Cidade coordenadora
	Elaboração do convênio de cooperação	Guarulhos	Cidade coordenadora
	Constituição de equipes locais	Todos	Equipes locais
	Contratação dos 2 especialistas em microcrédito e em políticas públicas de gênero e de 7 consultores técnicos	Guarulhos	Cidade Coordenadora
	Preparação da oficina de sensibilização dos atores sociais nas cidades sócias	Todos	Equipes locais
Mês 2	Início da elaboração de proposta metodológica para estudos de caso (para apresentar no seminário de lançamento)	Guarulhos Bonnevillle São Paulo	Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED Cidade coordenadora
	Início da preparação/ organização logística e técnica do seminário de lançamento do projeto	Guarulhos Cidade européia Bonnevillle São Paulo	Cidade coordenadora : Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Realização da oficina de sensibilização dos atores sociais nas cidades sócias	Todos	Cidade Coordenadora Equipes locais
Mês 3	Implantação de página web para comunicação entre as equipes locais	Todos	Cidade Coordenadora Equipes locais
	Convocatória do seminário de lançamento do projeto	Guarulhos	Cidade coordenadora
	Preparação da primeira visita de acompanhamento	Guarulhos São Paulo	Cidade coordenadora Equipe da cidade de São Paulo ABCRED
	Finalização de proposta metodológica para estudos de caso (para apresentar no seminário de lançamento)	Guarulhos Bonnevillle São Paulo	Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED Cidade coordenadora

Eliminado: software de rede

Mês 4	Seminário de lançamento do projeto comum	Bruxelas	Equipe de Bruxelas Cidade coordenadora Todos os demais sócios do projeto Coordenador Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Consultores técnicos
	Apresentação das redes web locais	Todos	Equipes locais
	Contatos e planejamento das atividades dos consultores técnicos e equipes locais	Cidades estudadas	Coordenador geral Especialistas em microcrédito e em políticas públicas de gênero Consultores técnicos Equipes locais
	Primeira visita de acompanhamento	Guarulhos São Paulo	Todos Cooperativa de Crédito de Guarulhos Programa « Banco do Povo » - Guarulhos Central de Crédito « São Paulo Confia » ABCRED
	Avaliação do seminário e da visita de acompanhamento	São Paulo	Cidade coordenadora Todos os demais sócios do projeto Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Consultores técnicos
Mês 5	Início do intercâmbio de experiências a distância	Todos	Todos
	Preparação dos estudos de caso	Cidades estudadas Bonneville São Paulo	Consultores técnicos com apoio das equipes locais Emergence ABCRED
	Recolhimento e sistematização de informações sobre as iniciativas de microcrédito existentes nas cidades sócias	Cidades estudadas	Equipes locais com apoio dos consultores técnicos
	Assessoramento técnico	Bonneville São Paulo	Especialista em microcrédito

			Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 6	Preparação dos estudos de caso	Cidades estudadas	Consultores técnicos com apoio das equipes locais
	Desenvolvimento dos perfis dos casos	Cidades estudadas	Consultores locais com apoio das equipes locais
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos
	Assessoramento técnico	Bonneville São Paulo	Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 7	Execução dos estudos	Cidades estudadas	Consultores técnicos com apoio das equipes locais
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos
	Assessoramento técnico	Bonneville São Paulo	Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 8	Execução dos estudos	Cidades estudadas	Consultores técnicos com apoio das equipes locais
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos
	Assessoramento técnico	Bonneville São Paulo	Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 9	Elaboração das sistematizações	Cidades estudadas	Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos

	Apoio técnico	Cidades estudadas	Consultores técnicos e equipes locais
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 10	Elaboração das sistematizações - conclusões – versões finais	Cidades estudadas	Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos
	Apoio técnico	Cidades estudadas	Consultores técnicos e equipes locais
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 11	Elaboração de recomendações/ análises das sistematizações geradas	Guarulhos Bonnevill São Paulo	Cidade coordenadora Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Intercâmbio à distância	Todos	Todos
	Apoio técnico	Cidades estudadas	Consultores técnicos e equipes locais
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora
Mês 12	Elaboração de recomendações/ pontos gerais - avaliação	Guarulhos Bonnevill São Paulo	Cidade coordenadora Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Intercâmbio à distância e difusão	Todos	Todos
	Apoio técnico	Cidades estudadas	Consultores técnicos e equipes locais
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Ano 2			
Mês 1	Elaboração de recomendações / síntese – Corpo final de recomendações	Guarulhos Bonnevill São Paulo	Cidade coordenadora Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas

			de gênero Emergence ABCRED
	Intercâmbio à distância e difusão	Todos	Todos
	Apoio técnico	Cidades estudadas	Consultores técnicos e equipes locais
	Acompanhamento	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral
Mês 2	Preparação dos documentos finais	Todos Bonneville São Paulo	Consultores técnicos com apoio das equipes locais Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Preparação logística e técnica do seminário final do projeto	Guarulhos Região de Bruxelas Bonneville São Paulo	Cidade coordenadora Região de Bruxelas Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
Mês 3	Preparação logística e técnica do seminário final do projeto	Guarulhos Região de Bruxelas Bonneville São Paulo	Cidade coordenadora Região de Bruxelas Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
	Seminário final	Região de Bruxelas	Equipe local da Região de Bruxelas Cidade coordenadora Todos os demais sócios do projeto Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Consultores técnicos Emergence ABCRED
	Apresentação de estudos de caso e recomendações	Bruxelas	Consultores técnicos Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Todos os sócios do

			projeto Coordenador geral
	Debate e validação das recomendações finais	Bruxelas	Todos os sócios do projeto Consultores técnicos Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Coordenador geral
Mês 4	Elaboração da memória do seminário final	Cidades sócias Bonneville São Paulo Guarulhos	Consultores técnicos, sob orientação do especialista em microcrédito e do especialista em políticas de gênero
	Assessoramento técnico	Bonneville São Paulo	Emergence ABCRED
	Organização – compilação dos textos do projeto a serem publicados	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral do projeto
	Contratação de equipe gráfica	Guarulhos	Cidade coordenadora Coordenador geral do projeto
Mês 5	Recepção do desenho de publicações – cd – material de divulgação		Equipe gráfica
Mês 6	Desenho de publicações – cd – material de divulgação		Equipe gráfica
Mês 7	Produção do material		Equipe gráfica
Mês 8	Produção do material		Equipe gráfica
Mês 9	Difusão do material		Equipe gráfica
	Elaboração de documento final de avaliação do conjunto do projeto	Guarulhos Bonneville São Paulo	Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED
Mês 10	Auditoria do projeto	Indefinido	Empresa de auditoria externa
	Conclusão de documento final de avaliação do conjunto do projeto	Guarulhos Bonneville São Paulo	Coordenador geral Especialista em microcrédito Especialista em políticas de gênero Emergence ABCRED

Eliminado: ¶

2. Resultados esperados

2.1 Impacto esperado a nível dos governos locais

Eliminado: as autarquias

(a) o projeto melhorará a situação dos governos locais

Eliminado: <sp>¶

Eliminado: as autarquias

No contexto geral de pobreza e marginalidade em que vivem parcelas significativas da população residente nas cidades sócias, sem emprego e sem acesso ao crédito, o intercâmbio, análise e avaliação do conhecimento existente sobre melhores instrumentos e práticas de gestão de programas de microcrédito - assim como sobre metodologias de inserção do enfoque de gênero nas políticas públicas - constitui contribuição fundamental para as estratégias de desenvolvimento humano, social e econômico local.

Os estudos gerados como parte do projeto permitirão que os governos locais contem com uma visão diferenciada, mais ampla e completa sobre as possibilidades do microcrédito não só como instrumento de erradicação da pobreza, empoderamento das mulheres e promotor de ascensão social, mas também como fator de mobilização de empreendedores privados e organizações não governamentais.

Eliminado: as coletividades

Outro resultado é o aparelhamento dos governos locais para desenvolverem projetos que, uma vez implantados, possam impactar positivamente quatro tipos de indicadores, a saber: indicadores de impacto territorial e desenvolvimento local, indicadores de resultados sociais, indicadores de efeitos estratégicos e indicadores de gestão operacional e financeira. Assim, enquanto a curto prazo este projeto deverá causar efeito de capacitação de formuladores e gestores públicos, privados e ong's sobre o tema, a médio e longo prazos deverá repercutir na transformação dos indicadores econômicos, sociais, estratégicos e gerenciais das cidades sócias. Além disso, o projeto deverá construir novas relações e vínculos de confiança e compromisso entre atores urbanos, contribuindo para reconstruir o tecido social e fortalecer o papel protagônico dos governos locais nestas dinâmicas. De igual forma, pode-se esperar maior eficiência das políticas a serem implementadas, no sentido de reduzir a intensidade e o ritmo de evolução da pobreza que tem caracterizado as realidades urbanas e, principalmente, da desigualdade existente entre homens e mulheres.

Eliminado: das coletividades

Este projeto deverá também contribuir para disseminar o enfoque da equidade de gênero nas estratégias e políticas de desenvolvimento local. Isto porque um dos objetivos consiste justamente em elaborar recomendações para o planejamento de políticas de microcrédito de forma integrada com outras políticas públicas, de forma a gerar situação de sinergia e potencializar os resultados do microcrédito. A intenção é que esse processo também contribua para homogeneizar a incorporação do enfoque de gênero nas demais políticas públicas nesse e nos demais setores da atuação municipal.

Eliminado: n

Eliminado: de modo

Eliminado: a

Eliminado: que

Eliminado: tendam a reduzir o ritmo de sua evolução e intensidade

Eliminado: também

Eliminado: deve ocorrer de forma automática,

Eliminado: os

Eliminado:

Eliminado: seja utilizado também para

Eliminado: n

(b) o projeto melhorará as capacidades técnicas e de gestão dos grupos-alvo ou dos parceiros

O projeto tem como foco fortalecer a capacidade dos governos locais de formular e implementar políticas e programas de microcrédito como instrumento de fomento à emancipação econômica e à inclusão social das mulheres graças ao enriquecimento a ser adquirido a partir do intercâmbio de experiências inovadoras de distintas partes da América Latina e da União Européia. Nessa perspectiva, as equipes técnicas municipais desenvolverão conhecimentos técnicos e, sobretudo, práticos, que lhes permitam desenvolver políticas que considerem e integrem a dimensão da equidade de gênero e, ao mesmo tempo, incorporem o setor privado e as organizações não governamentais nas políticas de microcrédito.

Paralelamente, o projeto deverá enriquecer os técnicos municipais sobre a necessidade de desenvolver metodologias inovadoras de microcrédito, capazes de se constituírem em ferramentas efetivas de acesso ao crédito para as faixas mais carentes da população, libertando-as das amarras da pobreza, através da geração de auto-emprego produtivo. Isto porque, como já mencionado, os programas tradicionais de microcrédito não tem logrado alcançá-los.

Além disso, as várias atividades a serem desenvolvidas no âmbito do projeto deverão constituir-se em espaços privilegiados para interação entre atores com experiência nessa área sobre um conjunto de alternativas, com análise sobre suas vantagens e desvantagens, na qual as pessoas entram com suas experiências e refletem sobre suas próprias possibilidades. Nesse sentido, este projeto deve atuar como facilitador coletivo dessas possibilidades e de estimulador, no sentido de incentivar formuladores de políticas e gestores de programas a abandonar pressupostos superados.

Assim, as recomendações a serem produzidas deverão contribuir para o planejamento e a melhoria de suas estratégias locais de desenvolvimento humano e social, construindo políticas e programas de microcrédito capazes de beneficiar também as mulheres a curto, médio e longo prazos e de promover seu empoderamento num mundo no qual mais mulheres do que homens vivem na pobreza absoluta e impedindo que essa desigualdade de gênero continue a crescer.

Para os grupos civis vinculados ao projeto, os resultados intermediários e finais representam fontes de conhecimento a respeito de suas possibilidades atuais e futuras enquanto usuários, parceiros ou empreendedores de programas de microcrédito.

2.2. Publicações e outros resultados

Os resultados produzidos pelo projeto podem referir-se tanto às atividades quanto ao material resultante dos estudos elaborados. No primeiro caso, consideram-se essencialmente os dois seminários, que podem ser avaliados a partir de indicadores específicos, como a memória de seu conteúdo, a agenda e programação dos eventos, as distintas apresentações em Power Point, os esquemas e linhas estratégicas para elaboração de estudos de caso (somente no caso do seminário de lançamento), os arquivos das sistematizações e recomendações dos estudos (somente no caso do seminário final), a relação dos participantes, as cópias dos recibos de avião, os recibos de gastos, as fichas de avaliação dos participantes desses eventos, os relatórios técnicos e financeiros finais da cidade sede de cada seminário e, por fim, o material gráfico para memória (fotos e vídeo dos eventos). Além disso, os espaços abertos na Internet para a realização das atividades de intercâmbio permitirão dar seguimento sistemático ao desenvolvimento do projeto e também verificar suas condições de acesso e operatividade.

No caso do material final produzido a partir dos estudos realizados, como arquivos, cd multimídia e textos impressos, os indicadores serão os documentos e desenhos finais, em versão digital e física, assim como os contratos celebrados para produção destes materiais e respectivas faturas. Para a difusão destes três produtos, os indicadores serão os comprovantes de envio de material e de confirmação de recebimento.

Efeitos multiplicadores

O projeto deve constituir base de conhecimento teórica e prática que permita difundir e desenvolver metodologias de microcrédito e arranjos institucionais com perspectiva de equidade de gênero em uma multiplicidade de governos locais. Em virtude das próprias características do material produzido (recomendações), como também dos destinatários indiretos do projeto, é possível vislumbrar um efeito multiplicador das experiências sobre um número importante de governos locais latino-americanos e europeus.

Eliminado: as

Eliminado: e os

Eliminado: propostos

Além disso, considerando que uma das características do projeto reside em envolver organizações privadas e não governamentais e também outros atores sociais interessados no tema, isso também significa que este conhecimento deverá alcançar diferentes agrupamentos, associações civis e organismos municipalistas vinculados ao tema do microcrédito.

Eliminado: envolvidos

Eliminado: com

Eliminado: ou

A metodologia proposta – principalmente no que respeita à elaboração de sistematizações que produzam recomendações sobre as diferentes alternativas metodológicas e institucionais que podem ser adotadas para aprimorar os programas de microcrédito e dotá-los de perspectiva de igualdade de gênero -, constitui também um modelo que pode ser reproduzido posteriormente, sustentando a continuidade do estudo e o desenvolvimento de políticas e programas neste âmbito.

Eliminado: pelos

2.4 Impacto a curto e longo prazo

(a) - Vertente financeira

Na medida em que este projeto contribua para aprimorar as capacidades técnicas das cidades sócias - através da reflexão, do intercâmbio com outras cidades e da participação na elaboração de análises comparadas, sistematizações e recomendações para o desenho e operação de políticas e programas locais de microcrédito com incorporação da perspectiva de gênero -, isto permitirá melhorar estas políticas, tanto no que se refere a avanços na própria engenharia financeira dos programas quanto à incorporação de critérios de acessibilidade e de equidade de gênero. Isso significa que deverá haver uma melhor utilização dos recursos que cada cidade destina às políticas e programas de microcrédito.

Eliminado: ¶

Eliminado: ¶

Con formato: Numeración y viñetas

Eliminado: ¶

Eliminado: Na medida em que e

Eliminado:

Eliminado: contribua para

Eliminado: através da reflexão, análise, avaliação e documentação de suas respectivas experiências - e também de casos específicos considerados exemplares -, o

Eliminado: a

Eliminado:

Eliminado:

Eliminado: no que concerne

Eliminado: os

Considerando que a análise comparativa e avaliação dos estudos de caso: (a) adotarão critérios de sustentabilidade dos programas (como viabilidade econômica e autonomia financeira) e (b) privilegiarão a formatação de arranjos institucionais e parcerias com os setores privado e organizações não governamentais - visando, entre outros objetivos, encontrar formas alternativas e independentes de financiamento dessas iniciativas -, é possível vislumbrar uma tendência dos programas de microcrédito no sentido de criar modelos com progressiva autonomia com relação aos recursos dos governos locais.

Portanto, sob os pontos de vista financeiro e econômico, o êxito do projeto significará maior eficiência e efetividade, tanto no que se refere ao financiamento público quanto ao impacto nos grupos-alvo (mulheres). Com isto, as atividades de curto prazo empreendidas no âmbito do projeto passam a vincular-se à otimização dos recursos públicos a médio e longo prazos. Assim, é possível prever que - ao término deste projeto -, as iniciativas de microcrédito apresentem melhor relação custo-benefício, tornando-se mais acessíveis às faixas mais pobres da população composta, na sua maioria, por mulheres.

Eliminado:

(b) - Vertente institucional

Um dos objetivos deste projeto é justamente estudar os arranjos institucionais atualmente adotados pelos programas de microcrédito e analisá-los comparativamente. Com isto, o projeto deve promover avanços institucionais em várias direções. Primeiramente, ao propor formas inovadoras de articulação entre os setores público-privado e sociedade civil, tenciona-se constituir programas que independam financeiramente dos municípios, ou seja, as inovações institucionais propostas devem contribuir para assegurar sustentabilidade e continuidade a essas iniciativas. Em segundo lugar, este projeto avança na vertente institucional ao oferecer subsídios para a redefinição do papel dos governos locais nesse processo. Em terceiro lugar, ao revisar a adequação das legislações vigentes nas cidades sócias, de modo a superar as barreiras atualmente existentes e sugerir o necessário enquadramento legal para o microcrédito nos respectivos países.

Eliminado: ¶

¶

¶

¶

Eliminado: (Há estruturas que permitam a continuação das actividades após a conclusão do presente projecto ? Há uma «apropriação» local dos resultados do projecto?)¶

Eliminado: ¶

Eliminado: Considerando que u

Eliminado: , procurando

Eliminado: encontrar

Eliminado: buscando

Eliminado: sobretudo,

Eliminado: s e também r

Eliminado: r

Eliminado:

Eliminado: , é possível

Também ao contemplar a incorporação da perspectiva de equidade de gênero nas políticas de microcrédito, as novas alternativas institucionais devem contribuir para a disseminação dessa dimensão, inicialmente na área das microfinanças e, progressivamente, no campo mais abrangente das políticas sociais e de desenvolvimento local. Desta forma, é possível vislumbrar avanços institucionais significativos para as iniciativas de microcrédito, mais eficientes, eficazes, com maior impacto no público-alvo (composto sobretudo de mulheres) e com maior grau de mobilização dos setores dinâmicos da sociedade.

Na medida em que as novas alternativas de arranjos institucionais ofereçam formas inovadoras de alavancar fontes de capital, isto **deverá** ampliar e fortalecer os programas de microcrédito, **que devem passar a** atender maior número de clientes (haja vista que a maior dificuldade desses programas é justamente a paralização por falta de capital).

As ações de difusão devem permitir que esses avanços institucionais sejam apropriados não somente pelas cidades sócias, mas **também** por uma multiplicidade de governos locais e respectivas comunidades, tanto no âmbito da Rede 12 de do Programa Urb-AI, como de outros atores interessados. Por fim, os contatos em redes e os novos projetos devem **reforçar a continuidade** desses avanços no campo das ações práticas e institucionais. Com isto, esses avanços institucionais poderão perenizar-se, tanto no âmbito das estruturas municipais de governo como das organizações e redes interessadas.

(c)- Vertente política

Este projeto deve repercutir politicamente em várias dimensões. Primeiramente, porque visa **criar condições estruturais para superar as formas tradicionais de assistencialismo social e, mais do que isso, superar as formas tradicionais de fazer política, que não enfrentam de fato a pobreza e o desemprego. A partir do momento em que programas de microcrédito produtivo passarem a operar nas cidades sócias, viabilizando o acesso ao crédito aos mais desfavorecidos, eles transformam essas pessoas em atores ou protagonistas do seu próprio processo de inserção sócio-econômica e também do desenvolvimento local.**

Paralelamente, deve ajudar a estruturar e a plasmar vontades políticas em duas dimensões principais: (a) pela introdução de novas percepções a respeito do papel dos governos locais no campo do microcrédito envolvendo, inclusive, novas perspectivas de ação coordenada com a iniciativa privada e o terceiro setor; (b) pela busca de equidade de gênero nas políticas de microcrédito. Paralelamente, deve **aportar tecnologia avançada para planejamento e avaliação de impacto da ação governamental nessas duas áreas.**

Além disto, deve produzir um conjunto de propostas e recomendações que devem contribuir para elevar o grau de efetividade das políticas públicas de microcrédito, de modo a assegurar acessibilidade aos excluídos / excluídas e sustentabilidade / perenidade aos microempreendimentos

Desta forma, além de melhorar o conteúdo e a gestão das iniciativas municipais de microcrédito, este projeto pretende repercutir politicamente ao alterar as bases da relação Estado - sociedade, em dois sentidos: (a) pela introdução de nova lógica de atuação por parte dos setores da Administração Pública vinculados com o tema, baseada na **ação compartilhada com a iniciativa privada e o terceiro setor; (b) pela maior aproximação com os setores mais desfavorecidos da população, com destaque para o público-alvo das mulheres – característica das metodologias dos programas mais avançados de microcrédito.**

3. Orçamento para o projeto

O orçamento do projeto, segundo o formato definido, encontra-se anexo.

4. Fontes de financiamento previstas

O quadro de fontes de financiamento também se encontra anexo.

Eliminado: ¶

Eliminado: permitirá

Eliminado: para

Eliminado: que possam

Eliminado: Além disso, a intenção é que as inovações institucionais consigam garantir sustentabilidade e continuidade a essas iniciativas.

Eliminado: ¶
Ao contemplar a incorporação da perspectiva de equidade gênero nas políticas e programas de microcrédito, as novas alternativas institucionais devem contrinuir para a disseminação dessa dimensão, inicialmente nessa área e progressivamente para o campo mais abrangente das políticas sociais e de desenvolvimento local. Isto porque uma das características das políticas de microcrédito é o de justamente a de buscar sinergia com as demais políticas, o que pressupõe uma atividade prévia de planejamento integrado. ¶

Eliminado: Paralelamente, a

Eliminado: ¶
¶

Con formato: Numeración y viñetas

Eliminado: (c)

Eliminado: (Qual será o impacto estrutural do projecto - por exemplo, resultará na melhoria da legislação, códigos de conduta, métodos, etc?)

Eliminado: ¶
¶

II. SOLICITANTE

1. Identidade

Denominação Legal Completa:	Prefeitura Municipal de Guarulhos
Abreviatura:	PMG
Estatuto legal:	Órgão do executivo municipal
Número de CNPJ	46319000/0001-5
Endereço:	Avenida Bom Clima, Nº 90, Guarulhos, SP, Brasil
CEP:	07196-220
Pessoa de Contato:	Luiz Carlos Fabbri
Número de telefone:	55 11 6442 8819/ 6442 8723
Número de fax:	55 11 6442 8254
Correio eletrônico:	luizfabbri@guarulhos.sp.gov.br
Site Internet:	www.guarulhos.sp.gov.br

2. Referências bancárias

Denominação da conta:	PMG/Projeto União Européia
Número da conta:	95828-X
Código do banco:	001
Código SWIFT:	BRASDFRJSP0
Nome do banco:	Banco do Brasil
Endereço do banco:	Rua Felício Marcondes nº 397
Nome do signatário:	Nestor Carlos Seabra Moura, Josmar Nunes de Souza, Antônio Gomes Araújo.
Função do signatário:	Secretário de Finanças, Secretário Adjunto de Finanças, Diretor do Departamento de Tesouro, respectivamente

Banco correspondente:

Denominação da conta:	
Número da Conta:	
Código do Banco:	
Código SWIFT:	BRASDEFF
Nome do banco	Banco do Brasil Frankfurt (EUR)
Endereço do banco:	

3. Descrição do Solicitante

O Município de Guarulhos localiza-se no Estado de São Paulo e faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, a qual inclui a Capital e mais 38 municípios. Tinha uma população total de 1.072.717 habitantes no último censo nacional (Censo IBGE, 2000) e um crescimento anual de 3,53% (São Paulo: 0,88%; Santo André: 0,6%). Sua população rural é da ordem de 2% do total.

Guarulhos possui um dos maiores parques industriais do país, tendo crescido desde os anos 50 mercê, sobretudo, da sua proximidade com São Paulo, das infraestruturas rodoviárias com que conta e da instalação do aeroporto Internacional em 1985, o maior da América do Sul. Recentemente despontou um pujante setor de serviços e a indústria foi mudando de caráter, embora continuando importante para a economia do município. No

entanto, este potencial econômico atraiu grandes contingentes de população, tornando Guarulhos a segunda cidade do Estado e 11^a do país. Geraram-se, em consequência enormes contrastes e problemas sociais de monta, em particular o grande número de favelas (a 4^a cidade do Brasil com quase 400 favelas). Cerca de ¼ da população vive hoje em condições precárias, em áreas muito carentes de infraestruturas, com sérios problemas de higiene, salubridade e segurança. Alguns destes assentamentos se encontram em áreas de risco.

Como ilustração, são apresentados abaixo alguns indicadores sobre o município:

Demográficos:

População: 1 072 717 habitantes (Censo 2000)

Mortalidade infantil: 17,43 por mil nascidos vivos

Mortalidade geral: 5,33 por mil habitantes

Mortalidade por homicídio: 69,57 por 100 mil habitantes

Sócio-econômicos:

PIB Local: R\$ 6 826 113 653 (1996)

PIB Local per capita: R\$ 972 197

Renda per capita: R\$ 3 284

Índice de desenvolvimento humano (IDH): 0,797, ou seja 191^o do Estado e o 622^o do Brasil; no entanto, Guarulhos possui a 4^a receita fiscal do Estado e a 11^a do Brasil

Renda: Cerca de 35% das famílias vivem com até 2 salários mínimos (US\$160) e 70% com até 5 salários mínimos (cerca de US\$ 400).

Taxa de analfabetismo: 10,33%; 845^o no Brasil

Taxa de desemprego estimada: maior que 20%

Número de empresas instaladas no município: 20 673 (4^o do Estado)

Acesso a serviços:

Serviço de água: cerca de 94% (250 mil ligações); bairros com intermitência; haveria cerca de 200 mil pessoas com abastecimento precário.

Serviço de esgoto: cerca de 70% (1 200 km de rede coletora); não há tratamento

Habitação: Quase 350 mil pessoas vivendo em favelas e cerca de 300 loteamentos irregulares ou clandestinos; há cerca de 45 mil barracos habitados por 72 mil pessoas.

Transporte: Serviços irregulares de transporte representam 53% (vans)

Área verde por habitante estimada em 3,2 m²

Descrição de alguns problemas urbanos:

Ruído aeronáutico; contaminação por despejos domésticos e industriais em córregos e outros corpos d'água; ausência de coleta seletiva e de processamento de resíduos sólidos; ausência de tratamento de esgotos; importante poluição por gases de combustão nas proximidades das rodovias e eixos urbanos principais;

Os processos de segregação e discriminação social seguem os mesmos padrões brasileiros; embora os contrastes sejam muito acentuados a integração racial em áreas pobres é bastante acentuada

Guarulhos foi no passado tributário de São Paulo, e sua identidade passa em grande medida pela necessidade de afirmação de suas especificidades no plano econômico e cultural; o crescimento do bem estar e o desenvolvimento integrado podem contribuir positivamente neste sentido.

Atores municipais:

Tal como em outros municípios brasileiros, Guarulhos possui um executivo municipal comandado por um Prefeito e um Vice-Prefeito eleitos, o qual se apóia numa estrutura de secretários designados para as diversas áreas administrativas. Além disso, a administração dispõe de três autarquias: o SAAE (água e esgoto), a PROGUARU (obras públicas) e o IPREF (previdência municipal). Característica marcante da atual administração, iniciada em

Janeiro de 2001 é a descentralização administrativa, tendo sido criadas cinco administrações regionais. No plano do legislativo, há uma Câmara de Vereadores. Finalmente há um poder judiciário, contando com uma Promotoria de Justiça, um Ministério Público, dez Varas e um Fórum.

Guarulhos possui mais de 20 Conselhos Gestores de políticas públicas, em que participam órgãos do governo, organizações da sociedade civil e empresariais

O Município conta ainda com uma agência de desenvolvimento (AGENDE), a qual tem por incumbência colocar em prática parcerias público-privadas em favor do desenvolvimento sustentável. Dela participam, além do executivo municipal, representantes do poder legislativo, sindicatos, instituições ligadas ao meio empresarial e empresários. A AGENDE gere uma escola técnica profissionalizante de nível médio e apóia vários projetos econômicos e sociais.

No quadro da administração municipal, há dois campos que se destacam pela sua relação com atores locais:

- O Orçamento Participativo (OP), que nos anos 2001 e 2002 teve uma média de 414 participantes por plenária
- Uma Coordenadoria de Ação Local (CAL), que estabelece uma interlocução com os bairros para recolher demandas e encaminhá-las aos diversos órgãos da administração; enquanto que o OP é uma instância de planejamento, a CAL é um órgão executivo, tal como uma ouvidoria que recolhe pedidos e reivindicações colocadas pela população.

4. Capacidade para gerenciar e executar projetos

4.1. Experiência em projetos similares

A Prefeitura Municipal de Guarulhos acumulou uma importante experiência na gestão de projetos, além de possuir pessoal altamente qualificado, tanto no que diz respeito à formulação como ao gerenciamento de projetos. A seguir são apresentados brevemente os projetos em curso ou em fase adiantada de tramitação.

No respeitante a projetos de financiamento internacional, há dois projetos submetidos ao Banco Mundial, um deles envolvendo vários municípios da região metropolitana e o governo do Estado e tendo como eixo o saneamento ambiental da bacia do Alto Tietê, com um valor de US\$ 350 milhões na primeira fase. O outro projeto do Banco Mundial prevê a melhoria de infraestruturas urbanas e ambientais numa das áreas mais pobres do município, com um montante de US\$ 80 milhões. Além disso, há projetos com o Habitat das Nações Unidas (consulta urbana na área de habitação), a Organização da Aviação Civil Internacional (apoio técnico à Prefeitura em questões ligadas à relação entre cidades e aeroportos), a Agência Canadense de Cooperação Internacional (sobre relações do aeroporto com a comunidade do entorno) y outros em preparação. O município coordena dois outros projetos do Programa URBAL, um na Rede nº 10 e outro na Rede nº 14, além de participar de várias outras propostas.

O município participa também de várias redes, como a Rede Mercocidades, na qual coordena em conjunto com outra cidade a Rede Temática de Educação. É também membro da nova Organização Mundial de Redes e Governos Locais Unidos, participando do Conselho Mundial de Cidades.

4.2. Competência no tema do Projeto comum

O combate à pobreza em Guarulhos, no marco das políticas sociais que vêm sendo perseguidas pelo governo municipal, tem-se multiplicado num conjunto de projetos e iniciativas, procurando mudar a realidade local. Os projetos em curso compreendem

transferências de renda a segmentos empobrecidos da população, programas de treinamento e promoção de um novo tipo de cooperativismo. Grande ênfase tem sido dada a programas de capacitação e geração de renda para mulheres excluídas ou vítimas de violência, bem como a ações de cunho coletivo, com restaurantes populares e outros, que visam amainar e responder na medida do possível as condições de vida da população mais necessitada.

Ao mesmo tempo, iniciou-se há cerca de dois anos um programa de microcrédito, designado Banco do Povo, em parceria com o Governo do Estado. Este programa possui hoje mais de 500 clientes, sendo que mais de 70% está constituído por mulheres. A carteira de empréstimos ascende a cerca de R\$ 1,5 milhões (400 mil euros), com uma taxa de inadimplência média de 3,5%. Através do Banco do Povo, estão sendo financiadas atividades informais, em sua maioria de cunho comercial.

Além disso, a administração municipal está preparando um projeto de microcrédito solidário, o qual será lançado no ano próximo. Contrariando expectativas, os empréstimos a grupos tem tido grande sucesso em centros urbanos brasileiros, junto à população mais pobre, residindo em favelas.

Fora do âmbito governamental, há que destacar a Cooperativa de Crédito de Guarulhos, uma das mais antigas do país, tendo começado a funcionar em 1957, sob a designação de Banco Econômico de Guarulhos, e adquirido a sua denominação atual em 1974. É uma das poucas cooperativas remanescentes de base territorial no Brasil (modelo Luzzatti), operando sob estrita supervisão do Banco Central. Possui hoje cerca de 3 mil associados, todos pessoas físicas, e uma carteira ativa de empréstimos composta por setecentos sócios com um valor de 5,5 milhões de reais. Os empréstimos são concedidos em condições bastante especiais, via de regra com reembolso em até dois e taxas de juros de 3%.

4.3. Recursos

A coordenação geral do projeto estará a cargo da Coordenadoria de Relações Internacionais e Mobilização de Recursos, a qual é dirigida por um Secretário. A Secretaria respectiva não foi ainda criada, embora funcione de facto no âmbito da Secretaria de Economia e Planejamento, desde princípios de 2002.

O Orçamento dos últimos quatro anos da Secretaria de Economia e Planejamento, com receitas próprias da Prefeitura, foi o seguinte:

Ano	Orçamento
2000	R\$ 13.240.100,00
2001	R\$ 26.873.267,00
2002	R\$ 15.047.456,53
2003	R\$ 10.783.569,60

A Coordenadoria possui nove funcionários, sendo quatro gerentes de projeto e costuma recorrer a consultores.

O setor possui quatro computadores, sendo 3 desktops e 1 laptop, 2 impressoras, 1 fotocopadora, 1 scanner e 2 viaturas.